



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 75ª
(SEPTUAGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER A APLICAÇÃO DE DINHEIRO PÚBLICO NA
CONTRATAÇÃO DE SHOWS E EVENTOS
DE 12 DE SETEMBRO DE 2013.**

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 2.705, de 2013, de minha autoria, a sessão ordinária de hoje, 12 de setembro de 2013, quinta-feira, fica transformada em comissão geral para discutir a aplicação de dinheiro público na contratação de *shows* e eventos.

(A sessão se transforma em comissão geral.)

Esta Presidência suspenderá a presente reunião, chamando as Sras. e os Srs. Deputados, bem como todos os convidados, para participar desta comissão geral.

(Suspensa às 15h49min, a reunião é reaberta às 15h57min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Ao dar boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para discutir a aplicação de dinheiro público na contratação de *shows* e eventos.

Convido a tomar assento à Mesa o Sr. Secretário de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal, Mauro Almeida Noleto; o Sr. Superintendente Regional do Trabalho, Miguel Nabut. Comunico que temos, representando a Dra. Eunice



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Pereira Amorim Carvalhido, o Dr. Rafael Paulo Maia, por parte do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Gostaria de explicar alguns procedimentos sobre o funcionamento da nossa comissão geral: há dezessete pessoas inscritas para falar. Vou fazer as considerações iniciais, depois os membros da Mesa vão falar, em seguida as dezessete pessoas inscritas vão fazer suas colocações – o tempo regimental é de três minutos – e, depois disso, os membros da Mesa, quando julgarem oportuno, poderão dar respostas às colocações que vocês vão fazer durante essa comissão geral.

Então, o procedimento básico é esse. O objetivo nosso é dar oportunidade a todos os presentes para que possam fazer essa discussão – o objetivo da comissão geral é exatamente esse, buscar uma solução. Depois vamos extrair das notas taquigráficas, das colocações feitas aqui, um documento para que seja encaminhado aos órgãos competentes do governo.

“Senhoras e Senhores, boa tarde!

A realidade cultural em Brasília está em um processo de transição; na busca de se construir uma identidade, nunca se investiu em cultura como neste governo; precisamos ouvir a voz de quem faz cultura no seu dia a dia e precisamos principalmente valorizar a cultura produzida pelos artistas locais. A indicação é a de vivermos uma transição. Parece ser algo ainda abstrato falar em uma cultura e em estudar meios de fomentar na forma da lei e entender como ela é no seu dia a dia, porque julgar, falar e colocar leis onde há um talento é arriscar e até sermos injustos.

A diversidade cultural é uma riqueza da humanidade. Valorizá-la significa potencializar o respeito à dignidade humana. É, ainda, um fator de fortalecimento da democracia e busca capital da pluralidade cultural intercalada por políticas públicas de reconhecimento.

A atenção à diversidade, onde valorizar todas as formas de levar cultura à população como projeto cultural, onde se gera oportunidade e renda para vários indivíduos (músicos, montadores de estrutura, alimentação, segurança, brigadistas, limpeza e vários empregos diretos e indiretos) e educativo, levando saúde, educação e segurança, lazer e cultura com uma linguagem fácil, implica no desafio de formar o caráter e o espírito para as novas gerações em um país onde a cultura já revelou grandes talentos dentro da nossa cidade.

A realização de políticas públicas voltadas ao interesse da coletividade, em geral, atendendo a maioria para atender também a minoria, assim como de grupos em específico, quem não tem espaço até por preconceitos, aonde suas vozes podem chegar e ser ouvidas, até influenciando destinos de crianças e de jovens.

Nós últimos dias, assistimos à crucificação de *shows* e eventos, promovidos por meio de emendas parlamentares. A imprensa está mostrando sua visão sobre estes eventos e induzindo a população a acreditar que os artistas, os músicos e os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

parlamentares são criminosos, e esquecem que quem autua os processos de contratações são gestores públicos. Cada administração pública tem um departamento jurídico, entre outros técnicos que analisam os processos. Erros administrativos não significam que há corrupção, por esta razão a necessidade de investigação.

Sou a favor da transparência e da boa aplicação de recursos públicos em qualquer que seja a área; se houver provas de erros ou desvios, ou malfeitos, que sejam apurados os fatos e responsabilizados e punidos os culpados. Mas em nenhum momento posso achar que todos estão errados, nem aqueles que estão sempre em evidência.

A população necessita saber dos fatos e da verdade. Temos que mostrar o lado que está sendo mais prejudicado nessa história. Defender a cultura e mostrar à sociedade que são realizadas atividades de entretenimento musical gratuitas e de qualidade, além de fomentar a cultura de nossa cidade, apoiando principalmente os artistas locais.

Cada evento público gera inúmeros empregos diretos e indiretos, a cadeia produtiva envolve profissionais de segurança particular, bombeiros brigadistas, barraqueiros (comidas e bebidas), eletricitas, montadores de palco, montadores dos fechamentos em placa de metal e alambrados, montadores das tendas, responsável pelo *show* pirotécnico, profissionais do audiovisual (telões e painéis de *led*), carregadores, técnicos de áudio e luz, locutores, DJs, pessoal de limpeza, músicos e artistas, além do arte-finalista, do pessoal da gráfica, do motorista do carro de som. Não são bandidos! São contribuintes e cidadãos, que pagam seus impostos.

Quem realmente ganha com essa ação contra os *shows* e eventos, onde os músicos e/ou artistas da cidade ficam como bandidos? Qual a intenção real de desviar o foco das notícias?

As emendas parlamentares são votadas neste Plenário. Depois de aprovadas, vão para o Executivo; após aprovado pelo Executivo, são publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal. Qual a dúvida? Não há nada feito às escondidas.

A emenda parlamentar foi destinada ao evento x, está publicada no Diário Oficial e será executada utilizando-se as normas vigentes, pois consta na Lei Orçamentária Anual do Governo do Distrito Federal. Qual o crime em destinar verba pública para atividades culturais?

A verba da saúde é da saúde, a verba da educação é da educação, a verba da segurança é da segurança, a verba das obras é das obras, e a verba da cultura é da cultura.

Se houver utilização de verba em finalidade diversa da prevista no Programa de Trabalho da Unidade, o que pode caracterizar incidência nos crimes previstos nos arts. 312 e 315 do Código Penal, por ter dado destinação de verba pública a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

finalidade diversa, não prevista em lei, no caso específico, Lei Orçamentária, ou por ter dado às verbas públicas aplicação diversa da estabelecida em Lei.

É público e notório que o programa de trabalho é o principal instrumento de planejamento administrativo, financeiro e social do Poder Público. No orçamento, as obras e serviços a serem realizados são materializados em programas, os quais se transformam em forma de projetos e atividades para os diversos órgãos da administração.

No orçamento, os projetos e as atividades são os títulos das ações que cada órgão vai desenvolver. Dessa maneira, de forma resumida, Programa de Trabalho é um conjunto de projetos que contenha detalhadamente as intenções de uma administração para realizar uma obra ou serviço.

Portanto, o gestor da unidade não pode destinar verba pública a finalidade não prevista em lei, no caso específico, Lei Orçamentária. Ou seja, não se pode utilizar a verba destinada à saúde para a cultura, nem vice-versa.

Tem sido mostrado pela mídia somente o valor destinado aos eventos culturais, esquecendo de outros investimentos milionários, como os investidos em publicidade; é um exemplo claro de sectarismo contra os artistas da cidade. A população necessita saber que, se falta remédio, leitos nos hospitais, asfalto, rede de água e esgoto, professores ou policiais, a culpa não é da verba destinada às atividades culturais. De forma alguma podemos falar que as mazelas da sociedade são por culpa dos investimentos feitos nos eventos, ou isso significa que nós estamos rotulando a cultura da nossa cidade.

Devo enfatizar à sociedade que os recursos destinados às atividades culturais estão descritos na Constituição Federal de 1998: 'Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifestações culturais'. Isso está no art. 215 da nossa Constituição Federal. Então, é dever do Estado incentivar a cultura.

Cito também a Lei Orgânica do Distrito Federal, que versa sobre o fomento e valorização da cultura. Diz a Lei Orgânica do Distrito Federal em seu art. 3º: 'São objetivos prioritários do Governo do Distrito Federal:

IX - valorizar e desenvolver a cultural local, de modo a contribuir para a cultura brasileira".

Art. 16. É competência do Distrito Federal, em comum com a União:

VI - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;"

Art. 246. O Poder Público garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura, apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifestações culturais, bem como a proteção do patrimônio artístico, cultural e histórico do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

§ 1º. Os direitos citados no *caput* constituem:

- I- a liberdade de expressão e o respeito a sua pluralidade;
- II- o modo de criar, fazer e viver;
- III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV- a difusão e circulação dos bens culturais.

§ 2º. O Poder Público propiciará a difusão dos bens culturais, respeitada a diversidade étnica, religiosa, ideológica, criativa e expressiva de seus autores e intérpretes.

Art. 248. O Poder Público terá como prioritária a implantação de política articulada com a educação e a comunicação, que garanta o desenvolvimento cultural do Distrito Federal, mediante:

I - estímulo, por meio de incentivos fiscais, a empreendimentos privados que se voltem para a produção cultural e artística, preservação e restauração do patrimônio cultural do DF, na forma da lei;

II - elaboração de programas de estímulo a artes literárias, música, artes plásticas e cênicas, bem como editoração e fotografia;

VII - cessão das instalações das escolas da rede pública do Distrito Federal para manifestações culturais, sem prejuízo das atividades pedagógicas;

IX - regionalização da produção cultural e artística, garantida a preservação das particularidades e identidades da arte e da cultura no Distrito Federal, na forma da lei;

XI - criação e manutenção, nas Regiões Administrativas, de espaços culturais de múltiplo uso, devidamente equipados e acessíveis à população.

Quando um Parlamentar alocar algum recurso para atividades culturais, está cumprindo o que determina a Constituição e a Lei Orgânica. Isso não é crime!

Gostaria de contribuir para que o processo de seleção seja justo com os verdadeiros profissionais da música. Acredito que as oportunidades devam ser dadas a todos, e em determinados casos tem que haver critérios para uma seleção, e infelizmente a meritocracia não deve ser ignorada. Justamente por se tratar de dinheiro público, há a necessidade de requisitos mínimos para a contratação de bandas e/ou artistas.

Para maior transparência do processo seletivo, deve ser divulgada a pontuação de cada inscrito, ponto a ponto e valor total, junto com o resultado dos selecionados. O histórico profissional e xerox de recortes de jornais sobre a cronologia dos fatos da carreira de cada artista selecionado devem ser colocados à disposição dos interessados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Um dos critérios deve ser o tempo de serviço prestado à sociedade, uma banda com anos de existência e em constante atividade deve ter boa pontuação neste quesito. Desta forma, os aventureiros que montam bandas somente para festas tradicionais como carnaval, São João e Réveillon, e no restante do ano essas bandas ficam paradas, não tomarão o espaço dos verdadeiros profissionais da música.

Não irei fazer propostas agora. Desejo antes escutar os músicos e/ou artistas, que vivem da sua arte. Eles, sim, sabem os problemas e podem apontar soluções, mas estou aqui para ouvi-los, e somente assim, após analisar o que for dito, poderemos buscar soluções para cada problema levantado.

Espero poder ter contribuído, de forma que o erário seja gasto da melhor forma possível, que os verdadeiros profissionais da música sejam respeitados e valorizados e que os gestores públicos deste governo fiquem respaldados por exigir o mínimo possível, dentro das leis vigentes e dentro do bom senso”.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado. (Palmas.)

Seguindo com a nossa comissão geral, passo a palavra ao nobre Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Boa tarde a todos.

Pedi para usar a palavra logo, Deputado Agaciel, porque tenho uma consulta e vou ter de me ausentar. Quero saudar aqui o Presidente desta comissão geral e Vice-Presidente da Câmara Legislativa, Deputado Agaciel Maia; o Sr. Secretário de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal, Dr. Mauro Almeida; o Sr. Superintendente Regional do Trabalho, Dr. Miguel Nabut.

Deputado Agaciel Maia, V.Exa. traz a este Plenário um tema de muita relevância. Boa parte das pessoas que cobrem as notícias do Distrito Federal começou a entender e quer vender para a sociedade que a parte cultural parece não ser importante para o povo de Brasília – e é também fundamental. Este se torna um momento importante, porque traz para este Plenário o Secretário de Transparência, que representa aqui o Executivo.

Eu acho que a gente começa um debate fundamental. Às vezes, a gente vê uma comunidade nos procurar: procura o administrador, que procura o deputado, porque sabe que o deputado, que a Lei Orgânica do Distrito Federal, Deputado Agaciel Maia, dá ao deputado a prerrogativa de fazer certas emendas. São emendas que vão direto resolver os problemas da comunidade local. E, às vezes, uma festa lá na igreja de Samambaia, ou uma festa tradicional lá em São Sebastião, ou o evento do Carnaval que a Secretaria de Cultura faz, o governo não tem atenção com esses pequenos eventos, mas o deputado distrital pode fazer uma emenda parlamentar, porque tem essa prerrogativa, e essa cultura acontece na cidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Noventa e nove por cento dos recursos destinados à parte da cultura do Distrito Federal são executados pelo Executivo, e nesse ato o Executivo é representado pelo administrador ou pela Secretaria de Cultura; 99% são totalmente legais. Pode acontecer um pneu furado numa estrada dessas, um erro, má-fé, uma questão, um ponto de interrogação, e querem trazer todo esse sistema, um erro sequer, para a questão cultural do Distrito Federal e também para quem executa. Às vezes chegam a causar mal-estar entre Legislativo e Executivo.

Deputado Agaciel Maia, eu tenho a mania de levantar cedo. Hoje eu levantei muito cedo e ouvi pelo rádio – para V.Exa. ver como as coisas estão em Brasília –, eu ouvi pelo rádio um cidadão que disse o seguinte – estava lá um candidato a deputado, dando entrevista a uma rádio local aqui do Distrito Federal. Ele representa o comércio. Ele disse que o Secretário de Comércio era um homem muito bom, muito trabalhador, muito qualificado, um Secretário da Secretaria de Desenvolvimento. Mas ele não tinha uma boa estrutura, os funcionários que trabalhavam com ele não eram bons porque eram indicações dos deputados distritais. Na mesma hora, eu mandei uma mensagem para lá dizendo que na Secretaria de Desenvolvimento não tem indicação de deputado. Se tiver um lá, pode demitir.

Hoje, também, deu um problema no Hospital do Paranoá. Um médico andou fazendo algumas coisas erradas, um cidadão foi ao Procon, disse que havia coisas erradas e isso era problema dos deputados. E esse mesmo assunto aqui, agora.

As emendas culturais do Distrito Federal são fundamentais. A gente manda uma emenda para combate a droga. Vai para as escolas, faz o combate a droga, ao tráfico, etc. Isso é educação, a Secretaria de Cultura faz. Aí vêm dizer que isso não é importante para Brasília!

Milhares e milhares de pessoas que trabalham levando cultura para as comunidades mais carentes estão querendo transparecer que isso é ilegal. E aí, Sr. Mauro Almeida Noleto, neste ato representando o Poder Executivo, o Executivo, que é quem executa, que é quem administra o Orçamento do Distrito Federal, seja em qualquer área – e aqui nós estamos falando da área da cultura –, não pode deixar esses pontos de interrogação trazerem a insegurança para uma pasta. E a pasta da cultura do Distrito Federal hoje se sente amedrontada. Essas pessoas que trabalham na cultura, que prestam serviço ao Governo, que participam de uma licitação ou de uma carta-convite para fazer um evento numa cidade ou noutra, eu vou dizer para o senhor que podem ter erros, mas a maioria das pessoas é trabalhadora. E, se há algum erro, se acontece algum erro, quem tem que responder... ele pode responder colegiado, junto, mas a maior responsabilidade é de quem está lá representando o Governo. Se for numa administração, é o administrador; se for numa secretaria, é o secretário.

Deputado Agaciel Maia, fiz questão de vir aqui nesta tarde, sabendo que V. Exa. estava fazendo essa audiência pública, porque acho ela fundamental. Ela é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

fundamental, e não podemos fugir do debate, não podemos deixar de enfrentar e trabalhar pelas coisas corretas. O Distrito Federal tem o privilégio de, graças a Deus, ter um dos maiores orçamentos do Brasil. A Deputada Luzia de Paula está chegando. Nós temos dinheiro suficiente. Dizer que, em Brasília, se faltam médicos, se faltam remédios, é culpa da cultura, nós não podemos aceitar, porque a cultura também é educação, a cultura também é prevenção. Se há projetos que estão errados, que o Executivo conserte e não aceite, mas nós não podemos deixar trazerem um ponto de interrogação sobre esta comunidade, sobre essas pessoas que trabalham com os mais carentes, que levam educação cultural para as pessoas que precisam. Deputada Luzia de Paula e Deputado Agaciel Maia, nós temos que estar aqui de prontidão para não deixar isso acontecer. Às vezes, o nosso dinheiro pode até ser mal empregado, mas, às vezes, é porque está lá a pessoa que não é correta.

Para terminar, Deputado Agaciel Maia, eu estive em Londres no ano passado ou no ano retrasado. Na minha época, tinha Michael Jackson, aquele pessoal todo, e eu sou fã do Michael Jackson. Cheguei lá, e tinha uma peça do Michael Jackson. Aí eu falei que eu tinha que ir a esta peça. Paguei um preço altíssimo. Cheguei lá, Deputada Luzia de Paula, entrei lá, era tipo um cinema, e eu doido para ver o que ia acontecer. Era um show de dança. Aí eu fiquei frustrado, mas saí de lá feliz, porque eu tinha aprendido uma coisa para trazer para Brasília e para falar para o nosso Secretário de Cultura, que, infelizmente, não está aqui. Mas tudo que falamos aqui em Brasília chega ao ouvido dele. Então, eu vou dizer, vou dar uma aulinha para o Secretário de Cultura: às vezes, há pessoas aqui que mexem com eventos, que trabalham com eventos que precisam do dinheiro público, Deputada Luzia de Paula, para fazer aquela peça ou para fazer aquele trabalho. Não há problema nenhum em o Governo do Distrito Federal entrar como patrocinador daquele evento. Não tem problema nenhum.

Vamos dizer que o cidadão aqui vai trazer uma peça teatral e que isso custe quinhentos mil reais. Aí a Secretaria de Cultura fala: "Não, nós vamos patrocinar a sua peça. Nós vamos entrar aqui com x, você vai levar isso aqui, nós estamos patrocinando com x. Essa peça não será num fim de semana". Porque eu não entendo pegar um recurso alto e gastar num fim de semana. Pode ser em vários eventos em um, dois, três, quatro, cinco meses, uma política pública, uma questão cultural que leva um semestre. "Entramos com a parte do patrocínio. Venda as entradas com preço mais acessíveis. Procure as empresas privadas para serem também os seus parceiros. E faça dali um trabalho". Isso não tem nada de mais, não tem nada de errado. O que temos que ter muita atenção é nessas coisas para fazer num dia, para fazer num outro. Tudo tem que ser a longo prazo. Quem estiver pensando em casar, não está pensando em casar hoje para separar amanhã. Se ele estiver pensando em separar amanhã, nem adianta casar. Ele está pensando em viver eternamente com aquela pessoa até que Deus os separe, na saúde e na doença. É a mesma questão de um evento. Nós temos que fazê-lo a longo prazo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Temos que fazê-lo empresarialmente. Temos que fazer uma coisa que traga resultado.

A minha palavra aqui hoje é somente uma: estão querendo manchar, Deputado Agaciel Maia, a Secretaria de Cultura. Estão querendo manchar essas pessoas que trabalham com as comunidades mais carentes, dizendo que a maioria delas é irregular. Está aqui o Secretário de Transparência, que dará o seu depoimento daqui a pouco. Eu tenho certeza de que ele vai dizer que não é o que as pessoas pensam que seja.

Deputado Agaciel Maia, Deputada Luzia de Paula, vocês trazem aqui um tema muito importante para a Câmara. Talvez a maioria das pessoas não queira entrar num debate como esse, porque vão dizer que o Deputado Agaciel Maia, o Deputado Olair Francisco e a Deputada Luzia de Paula estavam lá na farra das emendas públicas, na farra da Secretaria de Cultura, isso e aquilo, e extraviam todo o requisito da audiência. Sabemos que Brasília tem as suas características, tem as suas coisas, mas temos que deixar um ponto importante pacificado: não há cidade nenhuma que seja colocada como cidade que não tenha a sua parte cultural.

É importante o trabalho que vocês fazem na nossa cidade, pela nossa Secretaria, pelo Governo do Distrito Federal. Vocês não precisam ter vergonha nenhuma de dizer que trabalham com isso. Podem andar com cabeça erguida, porque o Governo do Distrito Federal tem que ter orgulho de ter parceiros como vocês.

Deputado Agaciel Maia, muito obrigado. Essas são as minhas palavras neste momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu agradeço o pronunciamento do nobre Deputado Olair Francisco, um dos parlamentares que nós admiramos muito por sua história de vida. Já propus a S.Exa. fazer... Pela minha experiência com processo legislativo durante muito tempo, o Deputado Olair Francisco certa vez me propôs: “Deputado Agaciel Maia, eu gostaria que V.Exa. fizesse um curso introdutório sobre processo legislativo. Eu sei que V.Exa. passou tantos anos trabalhando no Senado. Então, V.Exa. conhece bem”. Eu fiz uma contraproposta para o Deputado Olair Francisco. Eu disse: “Tudo bem. Eu ensino tudo de processo legislativo para V.Exa. Em compensação, V.Exa. vai me dar uma aula de como ficar rico, fazer um cursinho para mim de como ficar rico”. Até hoje S.Exa. não me deu a resposta.

Antes de ouvir a Mesa, vamos passar a ouvir as pessoas que estão no plenário. Pode ser que, pela letra, o nome de algumas não seja lido corretamente. Se não for, corrijam-me. Nós vamos estabelecer o prazo regimental de três minutos para cada um, para que todos possam ser ouvidos, porque, se nós dilatarmos esse prazo, nós ficaremos muito tempo aqui e ficará cansativo para vocês e para todos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Eu gostaria de convidar, para fazer uso da palavra, o Coordenador-Geral da Associação Bateria Nota Show, Sr. Wagner da Silva Dias.

SR. WAGNER DA SILVA DIAS – Boa tarde a todos. Fui pego de surpresa, pois fui o último a me inscrever e o primeiro a falar, mas tudo bem. Agradeço a oportunidade ao Deputado Agaciel Maia, à Deputada Luzia de Paula, ao Deputado Olair Francisco, aos nossos companheiros de batalha e aos demais presentes.

A briga maior nossa é pelo entendimento melhor do que fazemos, do que produzimos. Não somos contra, Deputado, a regularização dos trabalhos feitos. Queremos a compreensão da sociedade do que estamos fazendo ali, porque a mídia, infelizmente, não mostra o lado positivo, só mostra o negativo. O lado positivo, infelizmente, não dá mídia. O que dá mídia são as mortes na Ceilândia, mas os trabalhos sociais, culturais que fazemos, não, infelizmente. Estou aqui por uma briga, porque sou um conjunto de trabalhos na Ceilândia. Ao mesmo tempo em que tenho um trabalho de sociabilidade, gero emprego, renda, sociabilidade, caráter, dignidade, muita coisa que passa despercebidamente. A Associação Bateria Nota Show é um projeto social pelo qual já passaram mais de cinco mil crianças, jovens e adultos, isso catalogado. Hoje, há uns que dizem que ela é boa; outros, dizem que é ruim, mas já formamos, entre os músicos, mais de cem ritmistas. Temos um grupo de apresentação e também colocamos estruturas. Temos um dom na sociedade, mas, pela mídia, somos marginais por tudo o que fazemos. Tiramos as crianças das ruas, damos dignidade a elas, profissionalizamo-as, fazemos o papel de pai, de mãe, de tio, de Governo e somos rotulados de ladrões.

Meus amigos produtores, meus amigos músicos, eu só queria que a Secretaria de Cultura, que tanto ajudamos, nos desse a oportunidade de sermos certos, porque não dá para o músico, o artista vir lá de fora fazer um *show* aqui e não ser cobrado praticamente nada. E nós, que trabalhamos praticamente aqui dentro da cidade, não teremos a oportunidade de tocar, pois iremos tocar apenas uma vez por mês. Então, tenho água, luz, telefone, aluguel de sede, manutenção de instrumento, manutenção de monitores para dar aulas aos alunos que se tornarão músicos e se apresentarão para sua própria comunidade, e só poderemos nos apresentar uma vez. Aquelas pessoas que têm uma banda – não sou contra – têm de entrar no regime certo. Sou contra alguém montar um grupo para fazer um *show*... a banda tem de existir, tem de ensaiar, ter produtor...

Tenho certeza de que outras pessoas continuarão tratando desse tema, como o Cacá, o Luciano e outros. Isso é um pouco da vida da Bateria Nota Show.

Agradeço a oportunidade e gostaria de dizer que a Associação Bateria Nota Show fica na QNM 07, Conjunto O, Lote nº 33 e funciona 365 dias no ano.

Obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço ao Wagner da Silva Dias, que é o Coordenador-Geral da Associação Bateria Nota Show. Obrigado, Wagner.

Passo a palavra ao Produtor da AQ Produções, Wanderlei Luiz do Amaral.

SR. WANDERLEI LUIZ DO AMARAL – Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado Agaciel Maia, colegas produtores, artistas. Deputado, eu queria elogiar a sua postura, porque o Governo, através da suspensão temporária das contratações, esqueceu que há famílias que são sustentadas pelos artistas, como o próprio Deputado leu no seu discurso. E esta visão colocada para os artistas da nossa cidade, de que são bandidos, de que estão fazendo... quero agradecer muito a sua colocação. Os artistas e os produtores são profissionais da área que têm feito seu trabalho honestamente e contribuído com a questão da educação em nossa cidade, com a questão da cultura mesmo. Agora, a gente vê que um artista de fora, de outro estado, recebe um valor, até mesmo de cachê, e um tratamento totalmente diferenciado do que recebe o nosso artista. Na nossa cidade, podemos citar Renato Russo, podemos citar tantas pessoas que saíram daqui. Recentemente, Ellen Oléria, que morava em Taguatinga, muro com muro, e está aí, despontando Brasil afora. Nós não temos o reconhecimento do nosso artista local. Artista local é segunda classe. Se ele for da nossa cidade vizinha Luziânia, em Goiás, terá um tratamento totalmente diferenciado. Eu queria só colocar isso, para que a gente pudesse trabalhar com os nossos artistas, que são da nossa cidade e de qualidade. Se o cara está crescendo, é aí que temos de valorizar o seu trabalho. Nós entramos na Secretaria de Cultura... o nosso cachê tem que ser mínimo, tem que ser cachê de *roadie*; mas o artista de fora tem um cachê lá em cima.

Eu queria colocar essa questão e incentivar o nosso pessoal a continuar crescendo, a continuar se especializando no seu trabalho. Há uma corrente muito forte de que o artista está querendo ganhar dinheiro fácil. Não! Creio plenamente que o artista contribui para a mudança da sociedade. Ele contribui para o seu trabalho educativo, sociocultural. Às vezes, a pessoa fala: "O cachê é dez mil reais, vinte mil reais, trinta mil reais". Ganha-se muito, mas ninguém vê que há mais de trinta pessoas trabalhando direta ou indiretamente. Às vezes, há técnicos de som, dançarinos, produtor, uma equipe toda. Então, o cachê do artista local e o do artista nacional não deveria ser tão diferenciado.

Obrigado a todos pela oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Quero agradecer ao Wanderlei Luiz do Amaral, que é produtor da AQ Produções e que está bem treinado. Parece até um Deputado. Cumpru o horário dele cronologicamente.

Eu gostaria de chamar o músico e cantor Clóvis Ribeiro.

SR. CLÓVIS RIBEIRO – Boa tarde a todos, boa tarde a esta Casa, boa tarde aos nobres colegas que estão aqui, compondo a Mesa. Estou muito feliz pela



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

iniciativa, principalmente do Deputado Agaciel Maia. Eu não o conhecia. Estou conhecendo hoje e queria registrar aqui a minha gratidão pela sua iniciativa. Precisamos urgentemente nos organizar, precisamos urgentemente nos reunir mais vezes para discutir esses assuntos. Eles são de extrema urgência para todos nós. Eu gostaria de ressaltar, na minha fala, que estamos aqui, produtores, músicos, artistas de qualquer esfera, para trabalhar.

Estamos aqui para compor a cultura. Gostei muito da fala do Deputado, que disse haver um desvio de conceito em que parece que o recurso destinado à cultura é um recurso errado. Isso não é certo. Temos que nos posicionar e dizer que isso não é correto. O recurso para a cultura é tão importante quanto o recurso para qualquer outra pasta. Ele é muito importante, porque contribui para o entretenimento, ele contribui para arte, e nós, como artistas, estamos trabalhando como qualquer outra classe, assim como os senhores que estão aqui estão trabalhando, assim como as pessoas que trabalham aqui nesta Casa, sejam elas concursadas ou requisitadas, estão aqui trabalhando, assim como aqueles que trabalham na área da saúde também estão trabalhando. Então, todos nós que estamos aqui estamos trabalhando e necessitamos desse recurso para poder continuar fomentando a cultura, porque o que nós fazemos é isso, fomentar a cultura, fazer que haja entretenimento em nossas cidades, nas RAs, juntamente com os administradores, etc.

Não vou me estender muito na minha fala. Já vi aqui que muita coisa foi dita. Eu gostei muito de uma fala desse rapaz da instituição da bateria. Eu sou baterista, amo bateria, e gostaria de dizer que gostei muito. Por que a mídia só fala mal? Por que a mídia só diz o lado ruim? Por que não mostra o lado bom? Por que não mostra quantos jovens e quantos eventos contra as drogas nós fizemos? Eu fiz bastantes eventos contra as drogas e vou continuar fazendo, porque nós somos, nós queremos que nosso País e nossa cidade tenham uma quantidade menor de pessoas usuárias de drogas. Se você for ao centro de Taguatinga, você vai ver uma porção de gente que é usuária e infelizmente não consegue sair disso. Quantos eventos nós fizemos para poder melhorar a comunidade? Quantos estão aqui? Muitos fizeram muitos eventos. Então isso nós precisamos dizer, e esta tribuna está aqui, e aqui como se diz é a Casa do Povo, para que nós possamos dizer isto: que nós fazemos sim cultura para melhorar nossa cidade.

Queria agradecer a oportunidade. Muito obrigado, Deputado. Por favor, continue com a iniciativa. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Quero agradecer ao músico e cantor Clóvis Ribeiro pela sua participação.

Concedo a palavra ao artista Luciano Ibiapina.

SR. LUCIANO IBIAPINA – Cumprimento o Deputado Agaciel Maia e a Mesa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Eu tenho que ser rápido porque três minutos para falar tudo que sinto realmente não daria, mas eu vou tocar em três pontos aqui. Acho que o governo tem que agradecer o que cada classe cultural faz, como hoje o que nós fizemos pelo samba: Brasília é reconhecida no Rio de Janeiro e no Brasil inteiro. Então nós não somos vagabundos nem ladrões, somos artistas.

Dois. Eu queria fazer uma pergunta à Secretaria de Transparência. Eu me senti altamente envergonhado quando a Secretaria teve coragem de colocar dados no sistema que não procedem com a realidade do que aconteceu no Distrito Federal. Ser solidário ao artista que tocou por 20 mil, e a Rede Globo divulgou que foram 200 mil porque estava no Portal da Transparência dizendo que eram 200 mil. Estou sendo solidário a esse artista. É uma vergonha (Palmas.)

A outra situação é que acho que temos algo importante, que é o microfone. Temos esse poder. Então, dando continuidade a este trabalho, vamos às ruas, vamos colocar nossos trios elétricos, nossos palcos, vamos colocar nossa força de vontade e nosso talento e mostrar para a mídia que temos condição de mobilizar e mudar, porque uma coisa que tenho que trabalhar se chama Parecer nº 393 da Procuradoria. Lá estou apto a trabalhar, e, infelizmente, mesmo estando apto, encontramos essas coisas que me deixam até emocionado. Não sei o que posso dizer dessas pessoas que querem dizer que nós somos vagabundos, ladrões ou outra coisa mais.

Mas o que me deixa feliz é que Brasília continua mostrando que não vamos parar. Eu acho que eles pegam nossa classe, que está desunida, para tampar buracos que só Deus sabe. Então é mais fácil bater na cultura do que bater em outros lugares. E vamos tomar vergonha na cara, nos unir e mostrar a eles que não somos mais desorganizados, que nós não aceitaremos mais isso, e vamos mostrar para a sociedade quem são os verdadeiros vagabundos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço a participação do artista Luciano Ibiapina.

Concedo a palavra ao jornalista cultural do jornal *Daqui*, o Sr. Júnior.

Quero aproveitar esse intervalo, antes de o Sr. Júnior fazer seu pronunciamento, para parabenizar o jornal *Alô Brasília*, que tem uma atividade cultural forte ali no Setor Comercial Sul. Ele está comemorando hoje 5 anos. Quero parabenizar toda a equipe gráfica, os jornalistas, principalmente o Tiago, que é quem faz essa cobertura daqui, da Câmara Legislativa, e, em especial, o Diretor-Presidente o Sr. Hélio Queiroz.

Concedo a palavra ao Sr. Júnior, do jornal *Daqui*.

SR. JÚNIOR – Boa tarde a todos e a todas. Quero saudar aqui o Deputado Agaciel Maia e, no nome dele, os demais presentes à Mesa. Quero parabenizar o Deputado Agaciel Maia pela iniciativa louvável e importante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Quero começar falando sobre o toque de recolher que estão querendo implantar lá em São Sebastião. Dizem que está havendo muitos crimes, então, a medida para parar com os crimes é, à meia-noite, todas as casas de *shows*, de eventos, esse negócio todo, terem que fechar tudo e todo mundo, como bons meninos, ter que ir para casa dormir.

As casas funcionam até 3h da manhã. Essa medida de até meia-noite, esse toque de recolher que estão querendo colocar goela abaixo nos produtores culturais, no pessoal lá de São Sebastião, não vai resolver a problemática da violência lá na cidade. Eu sei que a gente está aqui para falar de cultura, mas vou falar dessa questão até porque as mortes que acontecem lá são devidas à guerra entre gangues, e as mortes acontecem durante o dia, jamais em alguma casa de show ou evento lá em São Sebastião. Só essa parte.

Quero aqui defender os produtores culturais do DF e lá de São Sebastião também. Como sou um profundo conhecedor dessa demanda dos artistas, eu sei que vocês, tanto de São Sebastião, como do DF, tiram leite de pedra porque a situação é caótica, não é fácil, e os caras ainda querem fazer isso aí, ainda querem achincalhar, querem perseguir o pessoal da cultura – esse pessoal que, além de gerar cultura, ainda gera emprego e renda no Distrito Federal.

Outra questão também é que eu quero mandar um forte abraço para o pessoal da Associação dos Artistas lá de São Sebastião. (Palmas.) Quero agradecer o espaço que a mim foi concedido aqui nesta Comissão e mandar um abraço para cada um dos presentes e finalizar dizendo que cultura é arte, e a arte está na alma do povo brasileiro. Deus salve a cultura! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – No que diz respeito a essa questão de São Sebastião, eu fiquei sabendo que isso foi regulamentado por uma portaria da Administração e que houve a solicitação da Polícia Militar na justificativa de que estava aumentando a criminalidade. Eu liguei para o Secretário de Segurança, Sandro Avelar. Achei que os horários estão equilibrados: até 1h de segunda a quinta, eu acho; 3h no sábado e 2h no domingo. Isso está sendo mantido porque essa alteração só pode ser dada pela Administração. É normal.

Isso iria prejudicar porque imagine você no sábado, estando numa pizzaria, tendo que fechar. Isso iria causar desemprego, até mesmo de garçons e outras categorias que trabalham nessa atividade, e o fundamento da criminalidade, pelas estatísticas dos crimes, mostravam que os crimes não aconteciam nem nesses locais nem nos horários que estariam sendo restringidos, deixando a entender, parecer que iria fechar cedo para o pessoal não ter que trabalhar, ou seja, não ter que estar na rua. Se não há movimento nenhum na rua, não há essa preocupação da Polícia Militar ou dos outros de ficarem fazendo a ronda.

Então, eu conversei com o Sandro Avelar, o Administrador Jucélio está aqui de São Sebastião. Está mantida a portaria lá com os mesmos horários de junho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Então não foi mudada, apesar de ter havido essa tentativa de reduzir um horário, mas não era compatível. Por que só São Sebastião? (Palmas.)

Agradeço a participação do Júnior, do jornal *Daqui*, de São Sebastião e convido a fazer uso da palavra o empresário da CRV Produções, Mauro Roberto da Mata.

SR. MAURO ROBERTO DA MATA – Quero agradecer aos Deputados que estão presentes, à Secretaria de Transparência. Nos últimos dias, em Brasília, não é só a cultura que está com toda essa dificuldade, Deputado Agaciel Maia, pessoas estão sendo presas todos os dias sem nenhum tipo esclarecimento; estão entrando na casa de algumas pessoas para levar documentos, sem dar explicação nenhuma. Estou sendo, assim, solidário aos meus amigos, na realidade.

A cultura está chegando a um nível tal, que eu tenho que parar de fazer eventos, porque não cabe mais a gente fazer eventos sendo ameaçado todos os dias pela Secretaria, ou pela Corregedoria, ou pela Transparência, que deveriam, realmente, chamar as pessoas de quem estão com alguma desconfiança e conversar uma por uma; não invadir a casa das pessoas, como estão invadindo a casa de alguns amigos meus, acabando com a cultura em Brasília.

Acho que a Secretaria de Cultura é a primeira que deveria estar aqui presente, para saber e ouvir as pessoas da cidade. Infelizmente, Brasília, na parte cultural, está sem dono. Vimos aqui, alegremente, o Deputado Agaciel Maia defender a cultura em Brasília – é uma pessoa por quem tenho um carinho muito grande –, e todos da cultura têm que aplaudir a iniciativa do Deputado Agaciel Maia.

Estamos trabalhando para melhorar cada vez mais Brasília, como vi várias pessoas defendendo... Publicação errada todos os dias. O cachê de um amigo meu, cuja banda defendo, como o Luciano Ibiapina falou agora mesmo, o Luciano do Paranoá, publicaram que era de 200 mil reais, perguntaram para mim, ainda antes da matéria, se era aquilo mesmo, mandei a cópia do empenho para ele, o contrato, que era de 20 mil reais, mesmo assim ela falou que não tinha tempo mais de tirar a matéria, que tinha que fazer a matéria. É uma falta de vergonha na cara. Então a imprensa, antes de falar alguma coisa, tem que chegar e saber o que está falando.

Eu queria que todos viessem aqui falar não só da cultura, mas dos problemas que estão ocorrendo todos os dias. Porque a mídia tem que saber o que fala, como nós temos que saber como estamos fazendo os nossos processos, acompanhando o que a banda tem, saber que a banda tem que fazer também as matérias, saber que tem que ter os contratos, a nota fiscal; a mídia também tem que saber o que fala, de cada um aqui, porque todos aqui são pais de famílias, ou são de famílias certas – acredito nisso.

Então, não só a Transparência, que está aqui, deveria estar aqui também a Corregedoria, a Cultura, as Administrações Regionais, o Ministério Público, e muito mais. Eu trabalho há 18 anos nessa área, acho que todos me conhecem aqui, eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

defendo mais nas cidades do Gama e Santa Maria, e estou chegando ao fim de fazer eventos.

Quero aqui agradecer a todos que aqui estão. Acho que essa é a primeira vez que encheu o plenário. Nós da cultura estamos começando a nos unir, porque a gente está em casa, Deputado Agaciel Maia, e escuta: "Olha, hoje teve oito mandados de busca e apreensão." E não se sabe para quem é. Por que as pessoas, quando veem que tem alguma coisa errada, não chamam as empresas que estão erradas, e falam, e esclareçam?

As pessoas que estão erradas têm que ser punidas realmente, mas as pessoas que trabalham no dia a dia, fazem um trabalho sério com a comunidade em Brasília, defendem a cultura popular em Brasília, deveriam ter mais valor. Todos aqui estão passando por criminosos, bandidos. Conheço todos que estão aqui dentro praticamente, são batalhadores, acordam cinco, seis da manhã, dormem meia-noite para pagar as contas no final do mês.

Quero agradecer a todos, o carinho do Deputado Agaciel Maia pela cultura. Quero pedir uma salva de palmas ao Deputado Agaciel Maia, por defender essa cultura, e ao Administrador de São Sebastião, o único administrador que compareceu a esta comissão geral, pois todos deveriam estar aqui como ele está. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu gostaria de agradecer ao Mauro, e também dar uma sugestão muito importante à Secretaria de Transparência: colocar as administrações regionais, como também as secretarias que estão envolvidas com essa parte de cultura, em especial a Secretaria de Cultura – tem o gerente cultural, o assessor jurídico da administração – colocar vocês, fazer uma espécie de um seminário junto com a Secretaria de Transparência, e estabelecer as regras para todo mundo, dizer: "Olha, nós vamos ensinar vocês como se faz uma contratação, nós queremos aqui prevenir, instruir, porque vocês, às vezes, até por questões de formalismo processual, não têm o conhecimento técnico, e fazem alguma coisa que, aos olhos dos órgãos de fiscalização ou da mídia, parece ser errado.

Então, a sugestão que quero deixar é que façam um seminário com todos os produtores, com os artistas – como está sendo feito aqui –, com a Secretaria de Cultura, com os assessores jurídicos das administrações e com os produtores culturais e estabeleçam uma regra, conversem, expliquem, ensinem como a burocracia deve se comportar, quais os erros mais comuns, como evitar que os bons paguem pelos pecadores, como evitar que a pessoa que está ali, que faz da sua arte a sua profissão, a sua remuneração, o seu sustento, seja penalizada por problemas que não têm nada a ver. Esta é a teoria do avião, a teoria da mídia, e isso é uma preocupação. Podem levantar milhares de voos, se nenhum avião cair, não há problema algum, mas basta um cair para virar notícia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

O que temos assistido – isso é preocupante, e fui relator do Orçamento de 2012 e 2013 – é que, em 2012, as emendas dos Parlamentares eram sempre muito focadas para a área da cultura, 75%, porque não adiantava colocar emendas na área da educação, por exemplo, já que o governo não estava conseguindo executar o seu próprio orçamento da educação. Ora, se ele mesmo não executava a sua parte orçamentária, como iria executar a parte do Parlamentar? Era assim em outras políticas públicas, como saúde, etc, você vai colocar, e já existem recursos para a saúde destinados constitucionalmente pela Lei Orgânica; então havia um foco muito grande em cima da produção cultural, que era – a Secretaria de Cultura praticamente não tinha orçamento algum – baseada no orçamento da destinação das emendas parlamentares.

Com as emendas parlamentares – falando agora um especialista em orçamento, não um Deputado – acontecem o seguinte: no âmbito federal, pega-se a proposta orçamentária do ano seguinte, vê-se qual é o Orçamento da União, e tem um programa chamado Reserva de Contingência; dessa reserva, tira-se 1% (um por cento) e se divide pelo número de Parlamentares. Essa é uma regra constitucional. Então, no Orçamento Geral da União, pega-se 1% (um por cento) da reserva de contingência do Orçamento e divide-se pelos 584 Parlamentares. Na Câmara Legislativa acontece isso. O Governo do Distrito Federal vai mandar a proposta orçamentária de 2014, o Relator do Orçamento vai calcular o valor da reserva de contingência, pegar 1% dessa reserva, dividir por 24 Parlamentares e achar o valor total que cada Deputado tem direito a destinar como emenda.

Emenda de Parlamentar é um indicativo, porque ele não executa; nem é impositiva, por isso tem essa discussão na Câmara. Geralmente o governador executa ou não a emenda do Parlamentar, ele não é obrigado a executá-la. É apenas um indicativo para o Executivo. Se eu tenho 10 milhões em emendas, eu indico 1 milhão para a cultura, 1 milhão para obras em São Sebastião, 1 milhão para obras em Brazlândia, ou no Gama, eu faço um indicativo de como quero que a verba seja destinada, o que é apenas um pouco da participação do Parlamentar na gestão, por ele ser o conhecedor da realidade, principalmente, daquela base eleitoral a qual pertence. Se eu represento uma cidade A, B ou C, e tem o aniversário de uma cidade cujo ponto forte é festa agropecuária, ou festa do morango, ou festa religiosa, como acontece em Planaltina e em outros lugares, na Semana Santa, eu posso fazer a destinação de acordo com a cultura, com a parte forte daquela cidade. E mais, há cidades aqui que as pessoas têm um perfil mais idoso; então não é uma RA que solicita muitas festas. Por exemplo, nós temos São Sebastião, onde quase 50% da população têm menos de 30 anos. É natural que essa população jovem pressione por eventos culturais, diferentemente de outra RA que tem o perfil de mais pessoas aposentadas, que reivindicam mais praças, mais espaços para os idosos ou coisa dessa natureza. Então, essas peculiaridades são importantes.

Agora, a grande preocupação é que o governo, sempre na elaboração orçamentária, partia da premissa de que não precisava... Ele botava dinheiro em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

todas as secretarias, mas na Secretaria de Cultura colocava mais para restaurar um patrimônio, um prédio. Ele não tinha muita preocupação. É tanto que, para o aniversário de Brasília, o governo teve que usar as emendas dos Parlamentares para complementar. O Executivo teve de vir e nos dizer o seguinte: “Deputados, para completar os valores dos eventos comemorativos, nós precisamos das emendas dos Parlamentares”. Então se criou o hábito de dizer que na cultura não se colocava recursos orçamentários do Tesouro, porque esse recurso da cultura era alicerçado em cima das emendas parlamentares.

Em 2012, nós tínhamos 75% do valor total das emendas dos Parlamentares para a cultura. Começou esse bombardeio em cima. Então os Parlamentares começaram a se assustar: “Eu faço uma coisa com a intenção de se fazer uma festa, uma cultura, e vou ficar sobressaltado porque a qualquer hora vem um cacete em cima de mim. Vem uma crítica, vem uma ação de improbidade mesmo, por eu indicar o administrador e o administrador ou alguém fazer algum malfeito”.

Então, o que aconteceu? De 2012 para 2013, dos valores totais da cultura, do montante das emendas parlamentares, 75% eram para a cultura, e 25% eram para esporte, para outras áreas. Em 2013, já houve uma inversão radical. Nós tivemos, em 2013, das emendas parlamentares, apenas 15%. De 75% em 2012, para 15% em 2013, das emendas destinadas à parte cultural. E a tendência... E o governo não fez essa reposição na unidade orçamentária da Secretaria de Cultura.

Dado esse cenário todo de paralização, de você ter um dinheiro na Secretaria de Cultura de uma emenda parlamentar, de você tem medo de destinar essa verba para algum evento e esse evento, em vez de dar um retorno político ou um retorno de qualidade de vida para a população, poder voltar para você, bater e voltar como um problema sério, uma desconstrução de imagem, um problema político que você pode enfrentar, nós não sabemos qual vai ser o comportamento dos valores destinados à emenda de cada parlamentar para a cultura em 2014, proposta orçamentária que virá agora de outubro para novembro. Esse é o grande pano de fundo.

E o governo, o Executivo, vai suprir, vai assumir a responsabilidade de alocar recursos na cultura para fomentá-la? Vai ter dinheiro para fazer a Via Sacra de Planaltina? Ou o aniversário das RAs, que ninguém abre mão dessas festas? O governo vai alocar recursos? Porque eu sei que, para fazer a Via Sacra de Planaltina, foi um sufoco.

Vai haver uma política de conscientização, de que é mais importante... Eu sei que o artista nacional dá um peso muito grande ao evento, em termos de público. Isso é reconhecido. Não podemos discutir. Vai haver um redirecionamento em termos de valorização do artista local em detrimento do artista nacional? Um artista nacional vem por 300, 400 mil reais, para fazer 10 ou 5 eventos de porte médio com os artistas locais?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Seria interessante... Eu fiz certa vez essa discussão: por que o Governo do Distrito Federal não escolhe a melhor banda de forró, a melhor banda de *hip-hop*, a melhor banda de *rock*? O governo, através do Tesouro, da Secretaria de Cultura, faria a escolha, em todas as 31 RAs, dentro delas, como em um festival, dos melhores músicos em cada especialidade de música. Depois faria um grande evento, uma disputa em um espaço talvez até da Esplanada dos Ministérios. Primeiro se escolheria a melhor banda de forró de cada RA, depois se traria para disputar – em cada categoria de música – a melhor banda de Brasília, disputando as 31 RAs.

Então nós teríamos o fomento da cultura brasileira, a valorização dos artistas, daríamos oportunidade ao artista que tem talento, mas não tem oportunidade. O daqui está assim. Esta menina, a Oléria, se destacou ocasionalmente, porque passou num teste, foi para o Rio de Janeiro, participou de um grande festival. Mas quantos artistas brilhantes, mesmo quando havia mais recursos na cultura, se perderam porque não tinham oportunidade de aparecer? Quantos vão morrer – nascer em Brasília, viver sem o talento, sem jamais aparecer porque não vão ter oportunidade? Se, com esse montante de recurso, havia deficiência na cultura, imagine com a subtração quase total dos recursos destinados à cultura. É preocupante.

Quando veio essa questão da audiência, tratei exatamente disso. Nós vamos matar, não no sentido literal, muitos talentos que vão nascer, viver e nunca vão se revelar aqui em Brasília porque não há uma política de cultura organizada, planejada, quando um campeonato de futebol tem data para começar, data para terminar, regras e critérios. A partir do momento em que houvesse os festivais de cada modalidade nas cidades, estaríamos empregando vocês, os produtores, estaríamos empregando os carregadores, os montadores, o pessoal de luz. Então se criaria uma política perene, constante, para a área de cultura, não coisas sazonais. Ou se faz uma grade festa e gastam-se milhões ou não se faz mais nada. Há um grande evento, depois a Secretaria de Cultura fecha, está interdita porque está cheia de processo de investigação, porque não existe o planejamento. É importante se fazer isso.

Acho que a grande sugestão, e bato nessa tecla, é que se crie uma política de cultura em que as pessoas saibam o que vai acontecer em 2014. É nós termos um planejamento para todos os eventos de 2014 – em janeiro vai ser isso, isso, isso, isso e isso –, para que vocês possam se programar para trabalhar. Para que vocês tenham a perspectiva de receber, de trabalhar e de receber os recursos.

Que as regras sejam claras, que a Secretaria de Transparência e Controle e os órgãos de fiscalização, envolvendo o Ministério Público, que está presente também na comissão geral, se reúnam – todo mundo – e digam: “Vamos criar um critério, vamos criar um filtro aqui. Só passa se cumprir essas regras. Se não cumprir, está fora”. Quando se estabelece um critério de maneira transparente e clara, os picaretas... Isso é um repelente para a picaretagem que vem prejudicar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

vocês, porque eles sabem que não vão passar naqueles critérios. Não passando nos critérios, eles estão mortos, não vão procurar e, não procurando, não havendo os malfeitores, vocês não vão ser prejudicados. Mas isso só vai acontecer se houver essa simbiose entre produtores, artistas, secretarias de governo envolvidas nesse processo, órgãos de fiscalização. Se não, essa audiência não vai valer de nada, vai ser mais um ato promovido por pessoas esforçadas que querem ver as pessoas produzir, trabalhar, gerar renda. Não vai ter efeito nenhum.

Então é necessário que se saia daqui exatamente com essa finalidade, porque é importante planejar a cultura. Fazer evento não pode ficar ao sabor de deputado a, b ou c, que tem influência. Ouço um pedido e, para aquele deputado, eu não atendo, para outro, eu atendo. Ou aquele administrador tem força, vai fazer o aniversário da cidade, mas o outro, que não é muito simpático para determinadas pessoas dentro do governo, não vai fazer. Não pode ser esse o critério. O critério discricionário não é compatível com o planejamento de alguém que quer fazer uma cultura levada a sério, porque a cultura, como qualquer outra política de saúde, segurança ou educação, está prevista como uma obrigação do Estado, está prevista na Constituição e está prevista, também, na Lei Orgânica do Distrito Federal.

Dando continuidade a nossa comissão geral, convido a fazer uso da palavra o jornalista e radialista da *Rádio Federal*, Sr. Luciano Lima. (Palmas.)

SR. LUCIANO LIMA – Primeiramente, é uma honra estar aqui na Câmara Legislativa com meu amigo Deputado Agaciel Maia, e estar com vocês, artistas do Distrito Federal, alguns que já estão na batalha há muitos anos.

Meu nome é Luciano Lima. Sou jornalista, radialista. Toquei em muitas bandas de *rock* de Brasília nos anos 80, começo dos anos 90. Inclusive, tenho companheiros aqui dessa época, como o Cacá Silva. Acreditem, o Cacá já foi cabeludo, viu? Já foi de banda de *rock*, uma das grandes bandas de *rock* dos anos 80, chamada Imagem Obscura.

É um prazer, realmente, a gente poder debater um assunto que é tão sério.

Eu queria perguntar se aqui tem alguém do Fórum de Cultura do Distrito Federal? Tem gente do Fórum de Cultura. Legal, bacana. Isso é importante.

Deputado Agaciel Maia, uns meses atrás, o meu amigo Deputado Federal Reguffe fez um pronunciamento num programa eleitoral do PDT, essas inserções políticas, dizendo que ele tinha orgulho de não botar dinheiro na cultura do Distrito Federal. É meu amigo pessoal, inclusive trabalhamos juntos muitos anos no Congresso Nacional. Ele falou que tinha orgulho porque não botava dinheiro na cultura. Eu lembro que liguei pra ele e falei assim: "Irmão, me perdoe. Vou fazer um artigo e vou lhe dar – como diz a gíria – um cacete."

Eu fiz um artigo, que foi publicado em quase todos os jornais do Distrito Federal, falando que quem faz cultura, quem faz arte não pode ser chamado de bandido. Quem faz arte, quem faz cultura não tem bandeira política. Artista, quando



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

está em cima do palco, não é do PSDB, não é do PT, não é do DEM, não é do PPS... E assim seja. Todo artista tem direito de ter o seu posicionamento político, de defender o candidato que ele bem entender, mas passadas as eleições, acabou, galera. Todo mundo tem que estar unido. Se não estiverem unidos, vão rodar. Serão sempre as mesmas panelinhas que sempre aconteceram. Uns vão ficar de fora; uns vão ser contratados menos, e outros vão ser contratados mais.

Então, voltando ao Reguffe, ele até pediu desculpas. Mas por que eu estou citando o José Antônio Reguffe aqui? É exatamente essa influência permissiva, quando as pessoas não conhecem o que está acontecendo.

Eu não tenho dúvidas de que tem muita gente, tem muitas pessoas, tem produtores que são picaretas. Mas picaretas por quê? Por que eles encontram até no próprio Estado essa entrada para fazer coisa mal feita. Sabe por que eu falo isso, Cenise? Porque eu acho que a Secretaria de Cultura – e eu defendo isso há um bom tempo... Eu fui produtor em Brasília, fiz mais de 150 shows de *rock* na cidade, trouxe bandas do Brasil inteiro – e olhem que eu trabalhei com *underground*, com as bandas independentes –, e eu sempre defendi que a Secretaria de Cultura, não só a Secretaria de Cultura, mas o Estado, o Poder Público tinha que oferecer cursos de como se faz um projeto, de como se faz uma prestação de contas, de como o gestor público vai atuar quando recebe uma emenda para a cultura.

O grande problema, Deputado Agaciel Maia, é que tem um monte de gente despreparada no Poder Público. O artista é a parte quase frágil nessa história toda, porque ele também poderia estar sendo preparado pelo Poder Público para atuar e receber, e prestar contas do dinheiro que ele estaria recebendo.

V.Exa. disse muito bem – e inclusive era esse o meu discurso – quando disse que a Secretaria tem que preparar os artistas. É isso mesmo. A gente não precisa inventar a roda, galera, não precisa inventar a roda.

Então, a Secretaria está oferecendo essas oportunidades, esses cursos para que os produtores das bandas, os produtores culturais, possam fazer esse curso, e esse curso não é um curso caro, não vai demandar muita verba para poder fazer. Então, acho que ou de dois em dois meses, ou de três em três meses, a Secretaria de Cultura ou o Governo podem oferecer esses cursos para preparar as pessoas para receberem essa verba. O que não dá para fazer é igual ao que o Luciano Ibiapina falou: tratar o artista como bandido. Não pode. Esse é um erro. Esse é um erro muito grave.

E, aproveitando o ensejo, até lamento muito a ausência do Secretário de Cultura, acho que ele deveria estar aqui, com certeza, quero lembrar da Rádio Cultura. A Rádio Cultura precisa realmente passar por uma roupagem, precisa de investimentos para uma rádio pública que tinha tudo para estar em todas as cidades do Distrito Federal divulgando os artistas de Brasília, porque a gente precisa ser um pouco bairrista também, galera. Tem muita gente boa aqui e a gente não pode



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

limitar cachê para artista de Brasília. Isso é uma coisa que precisa ser revista. “Ah, não, artista de Brasília só pode ganhar até 3 mil reais!” Que absurdo é esse? Isso não existe! (Palmas.)

Artista de Brasília pode ganhar 50 mil, 200, eu quero é que prove que vale a pena pagar isso. Acho que não tem que ser por aí. Eu acho que a gente tem que realmente é ter gente séria, produtores sérios, a Secretaria investir em cursos para todos eles, para prestação de contas, para tudo, e a gente realmente dar um *boom* na cultura do Distrito Federal, e o artista de Brasília precisa ser respeitado. Acho que isso é o mais importante, Deputado Agaciel Maia. Nós precisamos valorizar o artista da nossa cidade. O Senhor disse uma coisa muito importante: não tem como comparar com o artista nacional, ele quando vem, vem com um peso muito grande, com uma mídia muito forte, mas tem o artista local também que precisa ser valorizado e que precisa ganhar esse peso também. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu agradeço a participação do Luciano Lima. Você ficou bem nessa tribuna, Luciano. Tenho notícias aí de que você é candidato à Deputado Distrital. Você ficou bem aí na tribuna.

Quero convidar a produtora da banda “Tá fervendo”, Chessa Farias.

Ah, você vai substituí-la? Ok, Miguel então.

SR. MIGUEL – Boa tarde a todos. Aqui é rápido. Eu só queria saber uma coisa: como o nosso amigo falou ali agora, o Luciano, a gente aqui em Brasília... Eu já estou no mercado há 10 anos, eu moro desde 1981 aqui, tenho uma banda de forró, e a gente é mais reconhecida fora do que Brasília, e agora teve um evento em Brasília e tudo na Secretaria está mudando. Eles pediram uma documentação, nota fiscal, e agora já mudou. Hoje, eu fui entregar um documento lá. As pessoas que estão lá não podem estar exercendo aquele cargo ali, porque, hoje, eu fui entregar um documento lá e falaram que eles não estão mais recebendo mais nota fiscal, tem que ter duas notas fiscais e o contrato, se antes estavam exigindo só a nota fiscal. Eu só queria saber isto: por que é que muda de repente? E a gente fez o evento, eu participei do evento, e agora, de repente, já muda. Tudo o que eles pediram... Agora há pouco eu cheguei em casa, peguei duas caixas de material da banda, do início, há 10 anos, botei e disse: Vou levar dentro da Secretaria de Cultura para saber se a nossa história todinha, que está naquela caixa ali, se não se resolve nada, porque agora disseram que tem que puxar tudo da *internet*, que mudou toda a história agora para fazer um *show* lá deles. Eu só queria saber disso para ver se a gente consegue trabalhar. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço a sua participação e convido agora o presidente da Asmap/DF, Carlos Alberto Neves da Silva, mais conhecido como “Cacá”.

SR. CARLOS ALBERTO NEVES DA SILVA – Boa tarde, Deputado; boa tarde a todos os presentes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Nós somos a única unidade na Federação brasileira que tem uma instrução normativa feita a pedido da Secretaria de Cultura no ano de 2008. A Procuradoria Geral do Distrito Federal fez o parecer 393/2008, Procad/PGDF. Esse parecer foi publicado no Diário Oficial pelo governador em exercício, na época o Arruda. Essa instrução normativa vem acontecendo desde 2008 e todos nós artistas, produtores, gestores públicos, Secretaria de Cultura, administrações regionais, todos nós cumprimos o que estava lá.

Agora, em 2013, o governo desse povo está dizendo que está tudo errado de 2008 para cá. Que aquilo que a Procuradoria Geral do Distrito Federal fez está errado. Dr. Alexandre, que fez o parecer 393, o senhor me desculpe, mas o senhor deveria fazer alguma coisa contra esse governo, porque o senhor fez o parecer. Mesmo não sendo o ideal, porque só usou a lei que normatiza e criou a profissão de artista, esqueceu-se de incluir a lei que normatiza e criou a profissão de músico. Então, o parecer era capenga, mas existia. A gente cumpriu. Nós fizemos isso.

Existem erros? Sim, existem. Tem gente que forjou contrato. Está errado, tem que responsabilizar. Tem gente que forjou nota fiscal, tem que ir lá. Todo mundo assim. Agora, aqueles que não forjaram nota contratual, não fizeram nada, apresentaram a documentação, não podem ser julgados.

Ontem, eu fiquei duas horas no Ministério Público. Eu não depus porque não levei advogado. Nem sabia que tinha que levar. Mas fiquei duas horas lá conversando, tomando água gelada, cafezinho quente e tapinha nas costas. Eu quero dizer para vocês que sou bandido hoje pelo Ministério Público. Todas as pessoas, todos os músicos, as bandas, que tocaram emendas de parlamentares que não são da base do governo, estão sendo investigados. E na opinião da Procuradora, até provarmos o contrário, nós somos uma quadrilha. Ela me disse isso ontem.

As emendas, Deputado Agaciel Maia, na hora que eu entreguei o convite para ela, ela sublinhou o seu nome e falou: "Esse aqui é campeão de emenda em São Sebastião". Então, ela não sabe, o que o senhor tem que fazer, o senhor faz com lisura. Eu deixei claro para ela que eu nunca dei, do que eu já trabalhei, já fiz de evento, eu nunca dei um real, um centavo para parlamentar, assessor parlamentar, administrador, gerente de cultura nem nada. Segundo ela, todos os processos que eu fiz de 2008 para cá estão sendo investigados. Por ela, eu já estou preso. Eu tenho só que esperar a hora da Decap passar lá em casa e me levar preso. Eu não forjei um contrato, uma nota fiscal, nem nada. Eu trabalho com música há 25 anos. Certo? Eu estou cumprindo o parecer 393 que foi feito pela Procuradoria.

Agora, esse governo fez um decreto, tem um decreto normatizando as contratações: o Decreto 34.577, dizendo como tem que ser. Esse decreto aqui, Secretaria de Transparência, com todo o respeito, isso aqui é uma sacanagem com a classe artística porque vão tabelar os cachês. Não se mede, não se pesa, não tem condição de falar qual é o cachê, tabelar cachê de artista. Valor intelectual não se mensura. Cada um é individual. Por isso, hoje o Tribunal Eleitoral está pegando a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

digital de cada um, para na hora de votar saber quem é quem. A classe artística é assim. Cada um aqui, pode ser sertanejo, mas cada sertanejo tem a sua identidade. Pode ser pagode, mas cada um tem a sua identidade. Toda artista aqui é único. Único! Inelegível. Então, cada um aqui, o que tinha que fazer? O parecer 393 diz que não tinha como fazer uma pesquisa ampla de mercado, porque justamente cada um é um.

O que foi feito? Cada artista leva lá contratos e apresenta. Cabe ao gestor público e a cada administração regional – eu queria saber para o Ministério Público e para a Secretaria de Transparência –, cada administração tem um departamento jurídico. Eu tenho certeza, certeza absoluta de que esses caras recebem salário. Estão fazendo o que lá, então? Se alguma banda apresentou documento errado, se o processo está errado, a culpa sabe de quem é? É daquele cara lá, o jurídico que atestou, que mandou pagar.

Agora, o artista que está na casa dele, alguém liga e fala assim: “olha, você vai tocar no aniversário da cidade X, traz sua documentação”. O cara vai ao cartório, gasta quase cem reais reconhecendo nota fiscal, reconhecendo contrato, reconhecendo a documentação, leva um catatau de documento, entrega lá, vai lá, sobe no palco, faz o show. Depois chega a Transparência e fala: “não pode pagar porque existem indícios de irregularidade”. O cara trabalhou, prestou serviço, ele não tem culpa. Se tem culpa, de quem é a culpa? É do cara que está produzindo o evento, ou é do gestor público. Em minha opinião, o culpado é o gestor, porque ninguém meteu a faca no pescoço desse gestor público, ninguém foi lá para mandar contratar. Alguém ofereceu o serviço: “Toma aqui, contrata. Tem jeito?” “Ah, eu gostei. Essa banda é boa, vou contratar.” Contratou. Está aqui, foi feito.

Dizendo claramente: infelizmente os demais parlamentares que não são da base de governo não estão aqui para escutar isso. As emendas dos Srs. Parlamentares, eu vi, tem mais de duzentos processos lá. Todo mundo é investigado, todo mundo é bandido, nós somos quadrilha. Isso ela deixou claro para mim, está claro. Então, meus amigos, se houver lá um erro de português, corre-se o risco de se passar umas horas na Decap ou lá.

Ofereceram para mim, ontem, a delação premiada. Eu vou fazer delação premiada de quê, se não sou corrupto? Eu não paguei propina para ninguém. Está lá, sou investigado há anos. Faço música há 25 anos. Faço emendas, trabalhei com emendas com vários aqui, faço projetos, sou uma pessoa inteligente, sou delegado distrital eleito pela segunda vez pela classe. Sábado, estaremos tendo a conferência. Fiz a segunda e a terceira conferência no Distrito Federal; na quarta, agora, também estarei lá. Propomos um monte de coisa para a Cultura, mas nada acontece.

Fico investindo um tempo que eu poderia estar junto com a minha família, com os meus filhos. A Secretaria faz um caderno cheio de coisas bonitas que propomos, ficamos lá debatendo horas e horas, e nada é aplicado, nada é feito. Existe esse decreto do Governador que foi feito em agosto agora, foi publicado no



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Diário Oficial. Esse decreto é ilegal, imoral, inconstitucional. Estou citando apenas uma das coisas erradas que há aqui.

Desculpem, mas vou adiantar o meio de campo para todos aqui. Estão dizendo agora, na Secretaria de Cultura, que tem de haver rodízio. Simples: rodízio não funciona. É muito bom, é democrático, mas meritocracia é o que deve ser, como sempre foi. Sabem por quê? Porque eu vou criar cem bandas para o rodízio, vou ter dez de pagode, dez de axé, e tal, pois é rodízio. Eu não posso ficar parado, porque vivo disso. Agora, minha banda tem um conceito de 22 anos e toca muito. Eu sou culpado porque a minha banda é boa, eu sou culpado porque sou profissional, eu sou bandido porque toco nas festas e muitas vezes. Pensam que há um esquema. A minha banda tocando na maioria das festas, deve haver um esquema de corrupção aí. A outra banda tocou também, e estávamos juntos, então pensam que deve haver um esquema de corrupção.

Aí dizem que há inexigibilidade, que a carta não pode ser trocada, pois há um indício, há um conluio. Gente, às vezes chegamos à administração – vou falar aqui, pois não devo nada a ninguém... A administradora do Riacho Fundo II não monta um processo lá, a não ser que seja por uma única empresa, e sabemos disso. Ela não nos diz: “cada banda se autorrepresenta”. Não. Uma única empresa representa todo mundo. Começa com uma administradora regional da base do governo fazendo a coisa errada, exigindo. Eu tenho que pagar minhas contas, então sou obrigado a fazer o que ela está mandando, senão não trabalho.

Então, Transparência, todos os administradores, desde 2011 para cá, estão com medo de fazer emendas, e aqueles que fazem ainda inventam leis. Quem cria lei é esta Casa pelos parlamentares, o gestor público deve cumprir a lei criada aqui. Ele não pode criar atos normativos. A Secretaria de Cultura fez o decreto publicado pelo Governador. Eles fizeram duas reuniões na Sala Martins Pena conosco, no Teatro Nacional, para fingir que escutaram quem estava lá, mas não mexeram nada no decreto. Com esse decreto aqui, eles fizeram todos nós que estávamos lá de palhaços.

E olha aqui o manual para se fazer a inscrição no cadastro: um manual de quarenta folhas. Outra coisa que não vale: eu acho que quando se vai fazer uma cirurgia de coração, ou qualquer outra cirurgia, queremos um médico que tenha anos de experiência. Agora, quando se chega lá, o seu histórico, seus diplomas; aqui, se ganhou o Prêmio Nobel em 2006, só serve, Transparência, a documentação, o histórico que diz quem eu sou, só vale a minha história dos dois últimos anos. Inacreditável, porque em qualquer outra área, quanto mais o cara mostrar que tem experiência, independente do que ele fez em 2006 ou 2004, é a história dele, mas isso não vale.

Dizem: “Agora, você tem de ser artista local ou regional. Se você é regional, deve apresentar recortes de jornais de três ou quatro estados.” Não há isso em nenhum outro lugar do Brasil, só aqui a Secretaria de Cultura criou. As bandas daqui



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

tocam no interior de Goiás, de Minas, do Piauí, do Maranhão. A maioria das cidades não tem jornais. Quando tem jornais, atende os interesses do prefeito, vice-prefeito, da câmara dos vereadores e do comércio. Quando é que um jornal vai falar de cultura, da banda que vai lá tocar: "Olha, está vindo uma banda de Brasília"? Nunca! Sabe quando as bandas aqui vão ser conhecidas como bandas regionais para ganharem um pouquinho mais? Nunca! Ou vamos ter que comprar espaço nos jornais. Isso não é justo! Quem tem dinheiro vai conseguir, porque vai comprar o jornal para sair a matéria dele. Tem que ser uma matéria espontânea. E aí, de espontânea, não tem nada no interior do Brasil. Isso é discriminação. Todos são iguais perante a lei? Não existe isso. Quem tem poder, quem tiver dinheiro vai ter essas matérias, porque ninguém aqui fica tocando nas capitais direto.

A minha banda tocou no carnaval de Salvador no ano passado. Eu fui lá e toquei. Saiu uma matéria da minha banda? Não. Sabe por quê? Porque lá estão Chiclete com Banana, Ivete Sangalo, Cláudia Leite. Estão eles! Eles vão falar de uma banda de Brasília? Nunca! Eu não vou ter uma matéria de lá nunca. Eu fiz para o bloco Polimania, da Polícia Militar. Nós puxamos o circuito Castro Alves. Mais de 200 mil pessoas. Está filmado e fotografado, mas não vale. Eu fiz o primeiro carnaval de rua de Palmas. Eduardo Siqueira Campos Filho era prefeito pela primeira vez. Isso não vale.

Então, para o coletivo. Estou falando de mim, porque se reflete em vocês. Eu tenho certeza de que eu não estou falando besteira. Eu tenho certeza de que está atingindo todos vocês aí.

Para encerrar, a meritocracia não pode ser esquecida nunca. Se você é bom, você é bom. Se é ruim, é ruim. Todo mundo tem que ter direito a um lugar ao sol. Se você está começando hoje, vai ralar, vai comer seu feijão, vai capinar primeiro, porque todo mundo, quando tem seus 20, 30 anos de estrada, já ralou muito. Quantas vezes o cara que tem 10 anos, 20 anos, 30 anos de estrada tocou de graça? Quantos canos ele levou? O que aconteceu? Agora, se o cara nasceu hoje, por melhor que ele seja, se começou a tocar hoje, pode ser o melhor artista do mundo, ele tem que ralar um pouquinho, comer um pouquinho de farinha, muita farinha para poder chegar a ter o peso que a gente tem.

Então, eu não posso admitir colocar a minha banda, que é única... Quando eu falo assim, eu quero lembrar que cada um aqui é único. Colocar todo mundo no mesmo peso, igualmente, não existe isso. Nós aqui não somos lápis vermelho nem lápis preto. Nós aqui somos únicos. Eu quero deixar isso claro.

Proponho que a gente faça algumas alterações nesse decreto publicado pelo Governador agora no mês de agosto. Eu não sou o dono da verdade. Eu gostaria que o seu gabinete recebesse as sugestões para o decreto e que cada um aqui presente veja o que está errado, faça sugestão, envie para o *e-mail* ou entregue a alguém do Deputado Agaciel Maia. Eu gostaria que a Deputada Luzia de Paula chamasse os outros Parlamentares, porque quem não está aqui não está sabendo o que está



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

acontecendo lá. O bandido hoje é o artista, é o músico. Ela deixou claro. Nós somos, e o Deputado também, porque, na cabeça do Ministério Público, existe sim uma quadrilha em que nós, músicos que tocamos muitas vezes ou aqueles que tocaram de vez em quando, só de estarem na emenda daquele Parlamentar... Em todas as emendas do Deputado Benedito Domingos, quem tocou está sendo investigado e é bandido. Estou deixando claro, porque ontem eu vi isso. Eu vi um catatau de documentos lá. Foram duas horas de conversa. Não tenho o que esconder. Não tenho rabo preso. Não paguei e não pago propina. Não dou dinheiro para ninguém. O meu dinheiro é meu dinheiro. Eu tenho 25 anos de música. Minha banda tem 22 anos. Sou presidente de uma associação porque eu fui eleito. Estou de novo delegado eleito pela categoria. Eu não estou comprando ninguém. As pessoas me chamam porque eu sei. Sabem por que eu sei das coisas? Porque eu vivo disso. Eu não tenho outra profissão, sou músico, sou produtor, sou empresário, sou uma pessoa do ramo. Eu não comecei ontem. Eu estou há mais de 25 anos no mercado de música, de entretenimento.

Gente, desculpa por eu ter me alongado, mas a verdade tem que ser dita. Eu gostaria que os companheiros que viessem aqui metessem o dedo na ferida e falassem a verdade. Vamos falar a verdade. Está aqui o nosso Deputado Raad Massouh. Está sofrendo esse problema todinho. Deputado, eu não sei se é certo ou errado. Eu não sei de nada. Eu sei de uma coisa: as suas emendas todas... Toquei lá no Sudoeste ontem. Disseram: "É o primeiro que eu vou mandar executar aqui. Não vai pagar". E eu: "Mas eu toquei. Como é que eu faço para receber?" "Você não vai receber, porque tem irregularidade". "Qual é a irregularidade? A minha porque eu fui lá e toquei?" Eu não sei. Então, eu quero deixar claro: a Secretaria de Transparência... Vou procurar a Superintendência do Trabalho, porque eu quero receber esses cachês que eu não recebo. Eu fui lá. Segundo o Tribunal de Contas, eu prestei a atividade minha como músico de boa fé. Peguem meus documentos, analisem, não tem nada falsificado. Vão atrás. Eu exijo que vão atrás para verem que não há nada falsificado. Prestei meu serviço com excelência. Está fotografado e filmado. Eu quero receber meu cachê do Sudoeste e dos outros eventos de que não recebi. Eu não sou bandido.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Obrigado, Sr. Cacá, pelo pronunciamento.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, nosso Vice-Presidente desta Casa de Leis, Deputado Agaciel Maia; Sr. Secretário de Estado de Transparência; Sr. Superintendente Regional do Trabalho, Dr. Miguel Nabut, senhoras e senhores, querido Deputado Raad Massouh, Deputado Lira, quero lhe cumprimentar com muito carinho e fazer um agradecimento, já que não tive oportunidade ainda de estar na presença de V.Exa. Quero lhe agradecer, e V.Exa. sabe qual é o meu agradecimento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Se hoje nós estamos aqui, foi graças também a sua luta, ao seu desempenho, ao seu esforço. (Palmas.)

Queridos músicos, queridos promotores, queridos artistas, nós estamos vivendo em um momento de muita sombra, e as sombras, muitas vezes, são criadas para justamente impedir a clareza, a clareza dos fatos, a clareza daquilo que é sagrado. A cultura é sagrada. A música e o músico são sagrados. Os artistas são sagrados, e a produção também é. Como aqui já foi falado, existem, em todo segmento, os bons e os ruins. Sabemos que o bom, como disseram já por várias vezes aqueles que me antecederam e o próprio Deputado Agaciel Maia, não aparece, mas aquilo que é ruim, por mínimo que seja, é o que dá visibilidade. Infelizmente o ser humano – quero aqui falar do ser humano, não quero aqui dar valor a determinados segmentos que, muitas vezes, não percebem isso –, ao classificar o ruim com tanto valor, desvaloriza e penaliza o que é bom. É o que está acontecendo na cultura do Distrito Federal, como foi dito.

Eu não vou aqui falar muito. O que eu quero dizer é que o nobre Deputado fez muito bem ao propor esta comissão geral, porque nós sabemos do sofrimento por que passa a nossa cultura no Distrito Federal. Nós sabemos o que está acontecendo neste momento e essa onda que hoje permeia e que parece satisfazer alguns que gostam de tripudiar da miséria dos outros. Eu falo isso até de poderes, muitos intelectuais, seja de onde forem, que, na maioria das vezes, não tiveram oportunidade de ter uma história de vida como a da maioria das senhoras e dos senhores para poderem chegar aonde as senhoras e os senhores chegaram, para poderem alcançar o que as senhoras e os senhores alcançaram. E, não tendo esta oportunidade de viver uma vida normal, porque não tiveram a oportunidade de ter, de ser e de saber, muitas vezes julgam ou condenam sem viver realmente a realidade.

Moro em Ceilândia há 38 anos e tenho orgulho de morar lá. Hoje estou Deputada. Nem consegui chegar em primeiro lugar. A minha medalha não foi de ouro. Ceilândia é um celeiro de artistas, que são oferecidos ao Distrito Federal, ao Brasil e até ao mundo.

Quando aqui cheguei, uma das oportunidades que tive – e aqui quero externar que tive esta oportunidade porque V.Exa., Deputado Agaciel Maia, estava na comissão e ofereceu isto aos Deputados de primeiro mandato e principalmente a esta Deputada, que não teve a chance de chegar com medalha de ouro – foi a de, da mesma forma que os demais, apresentar indicação de emenda, como bem disse V.Exa. Foi-me dada essa oportunidade. Tive a chance de apresentar, de indicar emendas para a cultura, e tenho orgulho disso. Se estou sendo investigada, não tenho nenhuma preocupação com isso. Sabem por quê? Porque as emendas que indiquei foram para ajudar artistas da cidade onde moro há 38 anos. Tenho orgulho de ter feito essas emendas e de ter visto a execução delas. Tenho o hábito – não é, Vagninho, da *Bateria Nota Show?* – de acompanhar aquilo que apresento e orgulho



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

dos artistas, dos produtores da minha cidade. Sei que, se não fossem eles, muitos artistas estariam, nesse momento, passando fome por não terem a oportunidade de tocar, de se apresentar, por serem artistas pobres.

Um jornal me criticou porque fui a Parlamentar que apresentou o maior número de artistas para eventos. Fui mesmo e com orgulho. Apresentei emendas pequenas, mas tenho orgulho de ter apresentado o maior número, sempre com o compromisso de ajudar os artistas locais e, principalmente, os artistas mais pobres. Há muita gente aqui que sabe do que eu estou falando porque teve a oportunidade de estar comigo nesses momentos.

Eu queria aqui, Deputado Agaciel Maia, já extrapolando o tempo, dizer que ninguém melhor do que V.Exa., que é um grande economista, para propor a realização desta Comissão Geral.

Os próprios artistas disseram muito bem, os promotores, os músicos, que é preciso organização. Talvez hoje vocês tenham a consciência de que é necessário que todo segmento tenha organização, tenha união, para mostrar não só ao Distrito Federal, mas ao Brasil, a sua importância nesse contexto. Um povo sem cultura é um povo que não existe. (Palmas.) A cultura, em que nível for, é passada por aqueles que dela fazem uma verdade. Muito obrigada. Uma boa-tarde e que Deus abençoe a todos e a todas!

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu gostaria de parabenizar a nobre Deputada Luzia de Paula.

Passo a palavra ao nobre Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Boa tarde a todos e a todas; boa tarde, Presidente, Deputado Agaciel Maia; boa tarde, nosso querido Secretário Mauro Almeida, muito prazer. Meu amigo Miguel Nabut, parabéns! Fiquei sabendo hoje desse importante cargo que o senhor está ocupando na Superintendência e quero que Deus o abençoe para que você continue tocando maravilhosamente todo o trabalho que assumiu.

Quero, primeiramente, parabenizar o Deputado Agaciel Maia por essa iniciativa, que, além de ter vindo em um momento certo, é muito importante, muito necessária. Coloco-me a sua disposição, Deputado Agaciel Maia, para ajudar de alguma forma.

Vim aqui porque quero falar duas palavrinhas muito simples. Sempre acompanhei a cultura, adoro a cultura, sou da opinião da nobre Deputada Luzia de Paula, de que um povo sem cultura não é um povo. Sempre apoiarei a cultura.

Quero deixar muito claro que as emendas parlamentares são feitas para que os Deputados trabalhem exatamente para a cultura, para o esporte, para a comunidade. Esse dinheiro é para ser usado em prol da comunidade. Hoje estamos passando por uma dificuldade muito grande. Não preciso perder nenhum minuto do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

meu tempo nem tomar o de vocês para dizer o que tenho passado, durante três anos, por conta de uma emenda de cem mil reais que mandei para Sobradinho, a fim de realizar o desenvolvimento do turismo rural do Distrito Federal.

Infelizmente, a vida da gente é assim. Tenho minha consciência tranquila e minha cabeça erguida, Deputado Agaciel Maia. Sei que tudo isso vai passar e essa situação toda ficará esclarecida. Agora, o que me preocupou nisso? Por exemplo, quando vejo o Cacá falar sobre os administradores, que às vezes erram em um processo ou em uma situação, ou atrasam um problema, realmente tenho que ficar preocupado. Por quê? Tenho que pedir ao Sr. Secretário que veja com muito carinho toda essa situação por um motivo muito simples. Por exemplo: se um Deputado errou, vão punir o Deputado; se um administrador errou, vão punir o administrador. Agora, de que forma podemos punir um pai de família que trabalhou, que executou o trabalho?

Então, temos que levar ao conhecimento... É um pedido que faço pessoalmente à Secretaria de Transparência, ao Deputado Agaciel Maia, para que a gente ache uma forma de pagar a essas pessoas que já executaram um trabalho e, a partir de agora, a gente crie as normas – estamos trabalhando para isso – para que isso não volte a acontecer. Não é justo que as pessoas que saíram de suas casas, executaram o seu trabalho, pagaram os músicos, pagaram o gerador, pagaram a banda, fiquem agora passando por dificuldades financeiras porque a Administração do Sudoeste – como o Cacá citou –, assim como várias outras administrações, cometeu um erro administrativo ou um erro qualquer. Se houve um erro, vão punir o administrador; se houve erro do Deputado, vão punir o Deputado. Agora, punir o músico é difícil.

Outra coisa que me deixa muito preocupado, Sr. Secretário, é que, com tudo isso, a gente fica muito receoso. Ficou difícil conviver com essa situação. Também escutei aqui, do Cacá, que os administradores demoram ou, às vezes, nem querem mais executar uma emenda, com medo de passar por uma situação constrangedora. E os Deputados? Será que vão querer propor mais emendas? É isso que me preocupa. Essa corda vai arrebentar na mão dos músicos que não tem nada a ver com isso. O meu medo é que a gente não consiga, depois, aprovar uma emenda para fazer um show em uma cidade, como fizemos no Sudoeste. O administrador que está lá, hoje, é uma pessoa indicada por mim, uma pessoa por quem tenho muita estima. Faz oito anos que existe aquele baile, que é o São João sem Álcool, e o aniversário da cidade. É a única coisa que a comunidade do Sudoeste aceita que seja feita. Esse São João é feito exatamente no dia do aniversário do Sudoeste.

Na hora em que se joga no jornal a notícia: “Gastaram 350 milhões em uma festa junina...” Não, não é isso. Muito pelo contrário. Foram gastos, mais ou menos, 350, 320 mil no aniversário de uma cidade que não aceita outro evento a não ser aquele. E não foi ideia nossa. Ele já vem acontecendo há muitos anos; trata-se de um evento bem sucedido e com o povo satisfeito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Então, meu único medo... Eu queria que vocês estivessem junto ao nosso Secretário, junto ao Governo e junto ao Governador e se sensibilizassem para que a gente não corra o risco de amanhã vir um músico ao meu gabinete e eu ter de dizer: olha, meu irmão, sinto muito, mas eu não vou te dar emenda porque esse negócio vai acabar pipocando no meu bolso.

Eu acho que têm de ser criados, sim, os critérios, as normas, mas temos de ter segurança, cada um no seu setor para cumprir a sua obrigação, mas também fica difícil você ter de pagar por um erro de terceiros.

Muito obrigado, parabéns a vocês e que Deus abençoe a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço a participação do Deputado Raad Massouh e convido para fazer uso da palavra o músico da US Blacks, Sérgio Melo.

SR. SÉRGIO MELO – Boa tarde a todos, boa tarde, nobre Deputado, eu gostaria de deixar aqui a minha indignação quando escutei que os músicos que têm história vão pegar apenas os dois últimos anos e dizer a vida do músico. Estou há mais de quarenta anos representando a música negra dentro do Distrito Federal e nacionalmente. Vou também citar um dançarino, que posso dizer que também é músico, que é o Nelson Triunfo. Para quem não o conhece, ele é do *Black Power* e hoje em dia ele está em São Paulo. Foi de Brasília, dançou com os *Blacks* inclusive em Ceilândia e foi homenageado Cidadão Honorário de São Paulo. Estão fazendo um filme em homenagem a ele em São Paulo e, por incrível que pareça, ele não citou Brasília? Por quê? Porque Brasília valoriza o artista? Acredito que não!

Nobre Deputado, eu gostaria de dizer que devemos nos unir e lutar pela diversidade musical, apesar de estarmos dentro do Estado de Goiás, que é o Distrito Federal, e ter bastantes ritmos, entre eles sertanejo, pagode, etc. Mas eu gostaria de chamar a atenção que existem outros ritmos, como a *black music*, a *soul music*, existe também o *blues*. Então, vamos lutar com cada Administrador para, na hora do chamamento público, não esquecer nenhum ritmo. Existem grupos pop, sertanejo, mas vamos valorizar todos os estilos. Não vamos esquecer que existem outros ritmos, principalmente ritmos esquecido como é o caso da *black music*.

Parabenizo o nobre Kaká por suas palavras. Acredito que não tenho mais o que dizer depois do que V.Exa. disse. Vou até chamá-lo de V.Exa., porque você é uma pessoa que representa todos os artistas aqui presentes com garra, com exemplo de vida.

Nobre Deputado, agradeço em nome da música geral pelo seu apoio e peço justiça aos artistas brasileiros e de Brasília. Outro dia meu filho me perguntou: "Pai, músico, artista, é bandido?". Eu disse: não, filho, é trabalhador. Não confunda as coisas. "Pai, por que você não faz uma faculdade, muda de vida, procura um emprego?" Filho, eu já tenho emprego, eu sou artista.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

Então, eu peço que tenham respeito com os artistas de Brasília. Brasília é exemplo para todo o Brasil. Se valorizarmos os artistas aqui presentes teremos artistas de peso em nível nacional, até melhores do que os atuais. Desculpe-me a expressão, até melhores.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço ao Sr. Sérgio Melo. Concedo a palavra ao empresário da Artway, Sr. Helder Cunha Silva.

SR. HELDER CUNHA SILVA – Eu quero parabenizar aqui o Deputado Agaciel Maia pela iniciativa de fazer essa comissão. Cumprimentar o Dr. Mauro Silva Almeida, o meu amigo de infância, Miguel Nabut, todos os presentes, e todos os amigos também.

Primeiro eu quero falar o seguinte: em 1980 eu fundei uma empresa chamada Artway. Durante esses dez anos, de 80 a 90, todo o trabalho nosso foi dedicado ao rock. Fizemos quase 600 shows de rock nesse período. Contribuí para que Brasília fosse conhecida como a Capital do Rock.

Montei uma casa de espetáculo no Park Shopping chamada Circo Show, que era o templo do rock. E de lá para cá, eu mudei para o Rio em 90 e passei a ser empresário artístico. Tive a oportunidade de trabalhar com Oswaldo Montenegro, Fagner, Raul Seixas e Marcelo Nova. Fui empresário desses artistas. Trabalhei com o Gonzaguinha, também como empresário. E tive a oportunidade de lançar alguns artistas na música popular brasileira. Fui eu que lancei Beto Barbosa nacionalmente. Tive a oportunidade de lançar a Banda Beijo, que era uma banda desconhecida na Bahia no momento em que eu os lancei. Depois lancei a carreira solo do Netinho. E tive também a oportunidade de lançar também a Banda Eva, quando a Ivete Sangalo era cantora da banda. Acreditem ou não, mas a Ivete Sangalo foi escolhida por mim para fazer parte da Banda Eva. Fechei o contrato com a gravadora Polygram e a partir desse trabalho ela conseguiu projeção como artista. Eu era sócio de um diretor da *Rede Globo* que me deu a oportunidade de lançar esses artistas todos.

Nesse período, sempre me dediquei ao show business. Realizei nesses anos todos mais de 3 mil shows. Em 2010, fui convidado por uma ONG aqui em Brasília, de um amigo meu, que pediu que eu fizesse um projeto para eles ligado ao movimento do *hip hop*. E aí estudei. Abri a internet e fui entender o que era o movimento *hip hop* e fiquei maravilhado com esse projeto. Apresentei aos Deputados para que me dessem emenda parlamentar. Eu nunca trabalhei com emenda. Fiz 3 mil shows com recursos próprios. Patrocínio na época era difícil também. Então, geralmente eu trabalhava com a bilheteria do meu show.

Mas quando eu fiz esse evento do *hip hop*, eu fui bater de porta em porta dos Deputados para pedir recursos para desenvolver esse projeto. E eu dei um caráter mais social. Tirei o lado cultural e dei um caráter mais social. Criei um projeto chamado *Hip hop contra o Crack*. O movimento *hip hop* era um movimento



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

desarticulado aqui em Brasília. Ele não tinha espaço para promover a sua arte. Aliás, não era considerada cultura. Vocês podem não acreditar, mas o subsecretário de cultura do Distrito Federal disse que o *hip hop* é subcultura. Depois ele corrigiu dizendo que não, que o *hip hop* era uma cultura segmentada, não era popular. Entramos num debate e levamos isso para outros Deputados mostrando o absurdo de um subsecretário de cultura falar que *hip hop* é subcultura! Ele é que é subcultura. Se ele me falasse que era anticultura, eu até entenderia, mas subcultura, eu não sei o que é isso! E depois ele mudou. Hoje ele entende diferente.

Mas eu venho fazendo esse trabalho e em todas as portas em que bati fui atendido. As pessoas diziam: "Você é da Artway? Conheço o nome da Artway, mas não conhecia você!" E consegui as emendas. Eu consegui quase 5 milhões de emendas em 2011. Não consegui executá-las porque o Secretário de Cultura achou que o meu trabalho não merecia, não tinha o mérito que a Secretaria de Cultura entendia como importante.

Bom, está acabando o meu tempo. mas o que eu quero dizer é o seguinte: com essa condição de pegar emenda, de buscar emenda, eu fui considerado um emendeiro. Eu sou um dos maiores emendeiros aqui do Distrito Federal. Isso de uma forma pejorativa. O Secretário de Cultura chegou e falou: "Nós vamos investigar como é que você consegue tantas emendas. Se o próprio Secretário de Cultura não tem essa capacidade de trazer tantos recursos para a pasta. E você, como é que consegue isso?" Eu falei: Secretário, é muito fácil responder a você, com certeza não é subornando, não. Se for isso que você quer dizer, não é isso não. Eu consigo porque eu tenho capacidade de realização, tenho reputação e uma certa notoriedade de levar um projeto que tem sustentação. É por isso que eu estou conseguindo esse respaldo.

E ele falou o seguinte: "Pegar emendas parlamentares para empresas privadas é imoral. Isso é contra a lei." E eu falei: olha, não é empresa privada, é uma ONG que me convidou para fazer esse trabalho e eu estou fazendo em nome dela. E eu estou fazendo de uma forma que a lei permite. As emendas são feitas para serem utilizadas. Bom, você, quando assumiu a Secretaria de Cultura, você se esqueceu de contemplar o movimento *hip hop*. Então, estou buscando emenda parlamentar para completar o orçamento que vocês não têm, para fazer um projeto voltado à comunidade *hip hop*. E quem é a pessoa mais indicada para realizar isso? É a pessoa que elaborou, que é a patente intelectual do projeto.

Acho que a Secretaria de Cultura não é o executor do projeto. Ela tem de fomentar a cultura, ela não tem que executar a cultura. Bom, aí ela disse: "Isso nós vamos investigar, vamos fazer relatório, porque sou contra que as emendas parlamentares sejam executadas por empresas privadas. Quem tem que executar é o gestor público". Falei: "Mas me fala aqui na Secretaria de Cultura quem tem mais capacidade, competência para realizar o meu projeto, que eu desenvolvi, do que eu mesmo? O subsecretário é um fotógrafo, o outro é burocrata. Eu vivo de cultura,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

tenho 30 anos de profissão voltada para a cultura, tenho realizações comprovadas, tenho um currículo que justifica esse meu pleito. Por que não posso realizar ele aqui? Onde está a irregularidade?" (Palmas.) Ela disse: "Bom, isso nós vamos fazer investigação, isso está na mão da Secretaria de Transparência". Está bom. Já se passaram dois anos e ninguém me procurou até hoje.

Mas quero colocar aqui que o movimento *hip hop* nos surpreendeu muito. Fiz um evento em Taguatinga chamado *hip hop* contra o *crack*. Montei um palco entre a boca do *crack* e a boca da cocaína lá na Ceilândia. Essas duas comunidades se matam pelo mercado da droga. Montei um palco e trouxe só artistas de Brasília nesse projeto *Hip hop* contra o *crack*. O empenho, que estava querendo sobre esse projeto, saiu no dia do evento. Então, não pude divulgar, não pude fazer aquela divulgação, não pude convidar a imprensa para nos prestigiar porque quem está executando é o Estado, não posso executar um projeto do Estado sem o empenho, o empenho é a autorização de executar o evento. Fiz sem divulgação nenhuma. Achei que era um desperdício de dinheiro, porque fazer um evento sem divulgação vai ter muito pouco público. Mobilizei lá um recurso de quase 400 mil reais para fazer esse projeto. Foi com emenda da Luzia de Paula, foi com emenda do Aylton Gomes e teve outro Deputado também que me deu recurso para esse projeto, a Celina Leão. E o evento teve 20 mil pessoas sem mídia. Não sei como é que esse povo descobriu que esse evento estava acontecendo naquele local. Vinte mil pessoas é lotado, é espaço lotado. E no mesmo dia o governo está fazendo lá os 1001 dias da Copa, com Cláudia Leite, Restart, Daniela Mercury, e não teve um terço do público que o evento teve lá só com o público de Brasília. Então, gastaram 7 milhões no evento, eu gastei 400 mil e tive três vezes mais público do que esse *show* do governo.

Sobre a fiscalização do poder público, ele tem de entender o seguinte: atendeu o interesse público o evento, o que é interesse público? A comunidade compareceu? Compareceu. Então atendeu o interesse público. O evento está escorrito, não tem que fazer investigação se o cachê foi cobrado a mais ou a menos porque o cachê cada um estabelece o seu valor, e paga quem quiser. Se o artista comprovou que aquele valor é o que ele merece, não tem discussão. Agora, se não atendeu o interesse público, é simples, não paga porque a comunidade não foi contemplada.

Obrigado. Não sei falar em microfone. (Palma.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço sua participação, Helder. Gostaria de convidar o diretor financeiro do Centro Cultural Grito da Liberdade, o Luciano Lemos. (Palmas.)

SR. LUCIANO LEMOS – Boa tarde a todos, agradecer ao Deputado Agaciel Maia por essa iniciativa positiva. Estou aqui para falar a respeito da valorização dos cachês e também da valorização dos projetos, porque a gente vem aqui à Câmara, pega uma emenda parlamentar com o Parlamentar, chega à Secretaria de Cultura e não pode ser executada. A gente precisa de parlamentares corajosos, guerreiros,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

como o Agaciel, inclusive executamos umas emendas em São Sebastião, e foi um sucesso nas escolas lá, foram um sucesso essas apresentações. Os diretores ficaram encantados, as crianças, atendemos a comunidade carente das escolas agrícolas. Então isso aí é uma iniciativa boa. A gente precisa de pessoas que acreditam na arte, que valorizam, porque eu sou Resgate, sou do Centro Cultural Grito de Liberdade, fui Resgate através da arte, atendendo vinte cidades-satélites, atendendo diretamente três mil alunos. A gente precisa de valorização, respeito, dignidade. Além de tudo, nenhuma formação acadêmica é completa sem a cultural.

No mais, é isso aí. Muita paz a todos. Era isso que eu queria. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço a participação do Luciano, diretor financeiro do Centro Cultural Grito da Liberdade.

Gostaria de convidar para fazer uso da palavra o produtor cultural da Associação dos Artistas de São Sebastião, Dione dos Anjos.

SR. DIONE DOS ANJOS – Sinto-me um Deputado aqui. Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa. Quero agradecer a iniciativa do Deputado Agaciel Maia e também mandar um salve ao nosso Administrador Jucélio Moreno, acho que o único administrador aqui presente.

O meu nome é Dione. Sou produtor cultural, sou músico. Moro em São Sebastião há 18 anos, e em Brasília há 20 anos.

Nós estamos vivendo um momento difícil na nossa cultura com essas investigações, e acho que a gente tem que estar unido a cada dia mais. A gente vê a cada dia, nas matérias, amigos da gente, produtores, pessoas guerreiras e batalhadoras, sendo investigados, sendo colocados na mídia de uma forma que é inverdade, em muitos casos.

E uma das coisas com que tenho sofrido e enfrentado na Secretaria de Cultura, inclusive, é a questão do rebaixamento dos cachês dos artistas. Uma coisa que a gente não entende, e eu queria até pedir aqui ao Secretário de Transparência e à Superintendente do Trabalho, e ao Deputado Agaciel Maia, que teve essa iniciativa, para que nos ajudassem a entender. A gente segue o parecer técnico, a nota técnica da Secretaria de Cultura, que diz que o artista local pode ganhar de mil a 19 mil e 500 reais em altas temporadas, e que o artista regional, que é considerado hoje, digamos, Pedro Paulo e Matheus, pode ganhar de mil até 50 mil reais, e o artista nacional até 104 mil reais. Isso não é verdade. A gente vê artistas nacionais sendo contratados acima de 200 mil, acima de 150 mil. A pergunta é: esses artistas nacionais estão acima da lei? Porque nós seguimos a Lei nº 8.666, que defende o artista e fala das contratações artísticas.

Então, a gente queria que a Secretaria de Cultura respondesse isso para a gente. Infelizmente, é lamentável não ter a presença deles aqui, porque isso só está ferrando a gente, e a gente não tem a quem recorrer muitas vezes. O que estão



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

fazendo, realmente, é uma sacanagem – e eu falo de forma aberta –, e a gente paga muito caro, às vezes, pelo que a gente fala.

Eu estive trabalhando na Secretaria de Cultura por quatro dias, e saí de lá porque vi que o que estava lá estava errado. Também trabalhei na Secretaria de Governo por um tempo e entreguei o meu crachá, porque lá não há transparência, essa é a realidade. Eu queria que a Secretaria de Transparência olhasse para isso, que, realmente, como outros companheiros falaram, chamasse a gente, os empresários e os músicos para conversar.

Eu também já fui chamado à Decap, há um mês e pouco, para ser interrogado sobre processos de amigos meus.

Então, eu queria, pelo menos, entender e saber por que o artista nacional pode ser contratado acima do teto e por que eles querem baixar o cachê dos artistas locais. A gente trabalha de forma correta, a gente trabalha dentro da lei.

Eu gostaria de propor, também, uma união maior entre vocês. Hoje em dia há o *Facebook* e a gente pode estar conectado. É que a gente fizesse outras audiências públicas, Deputado, inclusive, em São Sebastião e em outras cidades também, para que a gente possa levar essa iniciativa para lá onde as pessoas que não puderam vir aqui hoje possam ouvir e possam estar com a gente para fortalecer esse movimento.

Obrigado a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço ao Dione.

Convido a fazer uso da palavra o Diretor de Projetos da OCF – Organização Caminhando para o Futuro, Sr. Marcelo Cenise.

Antes, porém, aproveito a oportunidade para fazer um agradecimento pelas seguintes presenças: Túlio Salasar; João Bento dos Santos Filho; Adriano Antônio de Sousa; Zezito Almeida; Kátia Coelho Lima Dias; Anderson Viana; Arlékicio Rodolpho Júnior; Maurício Tuchal de Andrade; Salvador Serapeão; Fábio Dias Duarte; Nilson Freire; Benevaldo Barbosa Novais; Reilca Oliveira; Carlos Franklin; Marco Vidal Donato; Joaci Pereira de Sousa; Brunno, da dupla Brunno e Marlow; Maria Gorete Vieira Batista; Gilberto da Silva Alves; Gilene Reis; Ricardo Willian; René Viegas; Hamilton Teixeira (Tatu); Leiliane Oliveira; Pastor Edson Siqueira; David Santos; Felipe Galdino; Adson Carvalho; Aline dos Santos Alves; Jorge Augusto R. Nunes; Fernando A. Lima; Francisca Maria F. da Silva; Roberto Carlos de M. Carneiro; Poliana Costa, do Jornal Daqui; Neide Paula, presidente da Escola de Samba Unidos do Riacho Fundo; Sabrina Neuberger; José Queiroz; Wellington O. Silva; Mauro Lopes de Oliveira; Wanderson Tavares P. Gomes; Marcos Aurélio N. Aragão; Luciana Luppy. Depois eu continuo o resto dos agradecimentos pela presença.

Tenho a satisfação de passar a palavra ao Marcelo Cenise.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

SR. MARCELO CENISE – Sr. Presidente, Deputado Agaciel Maia; minha querida amiga Deputada Luzia de Paula; nosso Superintendente Miguel Nabut; Sr. Secretário de Transparência; meus amigos, até estou me sentindo de volta aos tempos estudantis, com o Cacá, com o Luciano Lima, com o Renatinho, lembrando a época de Colégio Objetivo, ainda.

Sr. Presidente, primeiro eu queria dizer que é uma grande satisfação e uma oportunidade enorme, porque está todo mundo muito engasgado, na verdade. Está todo mundo frustrado, com medo, acuado com a questão da política de cultura no Distrito Federal. Está muito difícil fazer alguma coisa no Distrito Federal, na verdade. Por um lado, nós temos a imprensa que, logo no início do ano, já começa com escorço do que foi gasto, na área de cultura, das emendas parlamentares, como se os Parlamentares não colocassem recursos em outras áreas. Eles esquecem que os Parlamentares, ao colocarem suas emendas em obras, precisarão de um longo processo de desenvolvimento de um projeto e de um longo processo de licitação até essa obra ser executada, diferente da nossa área, da nossa cadeia produtiva. E, quando eu falo da nossa cadeia produtiva, estou falando dos artistas, dos músicos, dos produtores, da publicidade, enfim, é um universo gigantesco que move a economia da cidade.

Então, Sr. Presidente, eu queria dizer que minha admiração pelo senhor hoje é maior. Eu me lembro, ainda – faz pouquinho tempo, eu tinha uns 6 anos de idade –, de quando o meu pai entrou no gabinete e falou: “Fica quieto, a gente está entrando no gabinete do diretor-geral do Senado Federal”, e eu olhei para aquela salona, com aquela admiração. Digo para o senhor que é muito corajoso por parte do senhor chamar essa reunião para discutir o assunto, porque, na verdade, a gente hoje tem tido uma dificuldade enorme, com os nossos Parlamentares, de conseguir as emendas. Está todo mundo com medo, porque, ao destinar-se a emenda, embora a responsabilidade seja inteiramente do gestor... Pelo menos é assim que diz a lei – Sr. Secretário, me corrija se eu estiver errado. E está todo mundo acuado. É preciso ter uma discussão séria, é preciso ter uma discussão racional e equilibrada.

Falamos aqui da questão dos artistas locais. Temos uma questão, a meritocracia. Vimos um evento em que o Eder Cunha falou para a gente que gastou 300 mil reais e colocou 20, 30 mil pessoas, e outro evento que gastou 7 milhões de reais e não tinha 7 mil pessoas. Qual é o maior mérito?

Há outra questão, e aí eu falo pela instituição, porque nós não somos produtores, nós produzimos e os nossos eventos são eventos de conteúdo. Quando nós fazemos um evento contra o *crack*, ele é especialmente um evento educacional. Sr. Presidente, tem que ser olhada a realidade como ela é. Como sociólogo, nós temos pesquisas que mostram como é que se comunica hoje com o jovem, e não existe um instrumento mais eficaz do que a questão da cultura para influenciar o comportamento da nossa sociedade. Não sou eu que digo, são os nossos catedráticos – sobretudo para se comunicar com a parcela mais jovem da população.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

Não existe um instrumento melhor do que o *hip-hop* para a questão do *crack*, porque é a maneira pela qual se fala diretamente.

Então, o que acho – e que é a grande preocupação, o que tem me preocupado muito – é que se tem colocado tudo num grande balaio e se estampado apenas com um único jargão. É a história de haver meia dúzia de picaretas no nosso segmento, a gente não pode tapar o sol com a peneira. A gente sabe que há evento caça-níquel mesmo, e esses precisam ser investigados. Acho que todos devem ser investigados. Ninguém tem que ter medo da investigação. Por que teríamos? Mas é necessário que haja coerência.

Não se pode estabelecer o limite para um cachê. Existem regras que estão estabelecidas na Lei nº 8.666, em seu artigo 14 ou 15, se não me engano, que estabelece as regras da inelegibilidade. Então, é muito complicado um gestor dizer quem pode, quem não pode. “Ah! Vai ser estabelecendo um rodízio.” Eu digo que nós, como OCF – Organização Caminhando para o Futuro, temos quatro eventos em que trabalhamos. Temos a campanha da Aids do Carnaval – nesse ano, graças a Deus, com 150 mil reais, nós colocamos 30 mil pessoas na Aruc, com Jorge Aragão e Raça Negra. Temos um evento nosso na área de meio ambiente, pelo Dia Mundial da Água, que é a Festa das Águas. Temos o Festival das Águas, pelo qual estamos sofrendo uma barbaridade. Sr. Presidente, eu queria até... Temos tido apoio do senhor, temos tido apoio... Na verdade nós temos o apoio de onze Deputados Distritais. Infelizmente essas portarias malucas nos atropelaram e quase nos fulminaram de morte. Depois de nós termos negociado, de ter sido prorrogada por mais trinta dias e ter nos atropelado novamente, hoje a gente corre risco de não acontecer. Porque, infelizmente, nós tentamos furar a portaria – nós somos pessoas articuladas, graças a Deus, temos acesso tanto ao Executivo como ao Legislativo – e ferimos talvez a suscetibilidade de alguns gestores públicos. Por isso, nós pedimos, Sr. Presidente, até a intervenção por parte de V.Exa. junto à Secretaria de Governo, junto à Secretaria de Cultura, para tentar fazer com que o Festival das Águas, que é importantíssimo para a cidade, na minha opinião... Só para se aquilatar, é um evento de 450 mil pessoas. É um evento que rendeu, na sua última edição, 1 milhão e 200 mil reais em mídia positiva para a cidade, colocando-a como uma cidade ambientalmente responsável. Aí eu digo: meritocracia, Sr. Presidente. Por que é que numa portaria se excetuaram quatro eventos – eventos de grande importância, como São João do Cerrado, como Latinidades, como Circuito de Quadrilhas –, e o Festival das Águas, infelizmente, foi procrastinado, foi esquecido? No momento em que a gente tentou romper a questão da portaria, incomodamos o Governador, o Vice-Governador – o senhor sabe que eu sou aguerrido, venho de uma escola política aguerrida – e, infelizmente, a gente feriu algumas suscetibilidades, e talvez sejamos penalizados por isso.

Mas, para concluir, Sr. Presidente, e não tomar muito tempo, pelo adiantado da hora, eu acho que é preciso se repensar esse sistema todo. Eu acho que a Secretaria de Transparência pode liderar um movimento. Porque existe uma total –



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

não vou falar uma total, porque generalizar também é complicado, mas existe uma falta de preparo de parte dos gestores públicos. Infelizmente, como não existe uma norma, não existe um manual, não existe uma política clara, isso dá margem a distorção e nós todos estamos pagando por isso. Inclusive o governo, que eventualmente, para não dizer corriqueiramente, está estampando no jornal.

Eu quero encerrar as minhas palavras aqui deixando um abraço e dizendo, por fim, que parte dessa responsabilidade é nossa. Quando a gente vê a mídia batendo, quando a gente vê uma matéria de jornal, eu vejo pouquíssimos produtores, pouquíssimos artistas colocando a sua cara no jornal, colocando sua cara no Facebook, colocando a sua opinião. Então, eu acho que é hora de nós nos unirmos.

Sr. Presidente, mais uma vez, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu gostaria de agradecer ao Marcelo. Eu tive a oportunidade de trabalhar com seu pai, um servidor dedicado, competente, um grande profissional. Da sua fala, eu só não gostei porque você disse que era pequenininho demais quando eu já era diretor. Então, eu acho que a turma está fazendo uma leitura aí de que eu tenho mais de 70.

Eu agradeço o seu pronunciamento e tenho a satisfação de convidar o Renato Lima, que também é produtor.

SR. RENATO LIMA – Boa noite. Já que todo mundo aqui é subversivo e ladrão, eu queria começar subvertendo a ordem pedindo um aplauso para vocês por estarem aqui até esta hora fazendo o papel do Estado, tentando discutir e fomentar as políticas públicas.

É com imenso desprazer que eu cumprimento a mesa, porque esta Casa demorou um ano para realizar essa audiência solicitada por mim e pelo Cacá em abril do ano passado. Nesta Casa, eles recebem dinheiro todos os dias para trabalhar, mas demorou um ano para haver uma audiência com vocês. Foi preciso algum Deputado da classe deles começar a ser cassado e algum direito deles de alguma forma não ser ressarcido para eles lembrarem que vocês existem, pois agora começou eles também a serem bandidos. Enquanto eram apenas vocês bandidos, demorou um ano, dois anos. A Cândida nem está aqui, eu gostaria que ela estivesse, porque quando ela estava na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças eu falei isso para ela. Eu levei diversos e diversos documentos para ela, a Secretaria de Cultura pega emenda Parlamentar que é para ser executada de acordo com a 339039, transfere para 59 e dá na calada da noite 4 bilhões, 6 bilhões para convênio de não sei o quê. Não gosto de ficar falando muito, não. Mas, sabem a bezerra do Roriz? Qualquer dia vai sair o boi do Teodoro dessa conversa também, porque está um milagre esse negócio, está saindo dinheiro pelo ladrão.

Está aqui o Superintendente Regional do Trabalho, entramos lá na época do Jacques e do Maurício, gostaria de parabenizá-lo e dizer a ele para fazer esse



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

negócio funcionar, porque todos aqui são regidos por uma lei, e o Ministério do Trabalho está bem ali, assim como a Secretaria e a Superintendência. E a Secretaria se ausenta porque ela quer que continue a bandalheira, ela não quer que se crie regras e critérios. Vocês devem continuar sendo bandidos para que se continue a corrupção, e vocês não são corruptos. Não existe corrupção sem corruptos. Eu falei há dois anos para todos os amigos aqui que não faria nada neste Governo. Como o menino da *Artway* – falo menino, porque ele tem mais idade do que todos nós aqui, e fui a muitos *shows* da *Artway* quando eu era guri –, o Subsecretário é o lambe-lambe do Paulo Tadeu, gente, ele não tem capacidade técnica para nada, a Secretaria é acéfala. Tem de se falar com o Secretário de Cultura, é uma vergonha. Bicho, eu tive de falar para ele, infelizmente, são números... Existem pessoas que estudaram. Sabem como estão usando a Secretaria de Transparência? Eles não vão falar, porque precisam trabalhar, mas todos eles sabem como é que funciona. Só que se eles falarem, serão cassados. Eu não estou preocupado, pois tenho outros métodos de vida. Porém, sou produtor cultural nesta cidade desde 2006, sou cadastrado como entes e agentes. Não tem um aqui que não me conheça, que não tenha me visto na rua. Nesta Casa já ajudamos a fazer dezenas e dezenas de leis.

Então, fico extremamente chateado quando colocamos para o carnaval deste ano uma emenda de 500 mil reais para fazer o carnaval das cidades... Está ali a Neide de Paula que sabe muito bem disso. O Secretário virou e nos disse que se a fizéssemos ele não iria pagar, porque há a Transparência e ela é a nossa gestapo nazista, e tivemos de tirar a emenda. Neide, quantos anos você tem de carnaval nesta cidade? Quantas vezes você foi rainha? Há alguém aqui que desrespeita a capacidade técnica e moral dessa pessoa? Para um vagabundo daqueles me dizer que irá mandar que eu seja investigado? Pode mandar. Eu falei na cara do Bandarra que ele era uma mistura de banda com fanfarra, até que um dia saiu na televisão que ele era ladrão. Vocês estão entendendo? Aqui, estamos todos acuados, porque a Secretaria de Transparência está sendo usada pelo gestor público do Governo para ameaçar as pessoas.

No Sudoeste, foi feito um evento... Se uma banda der problema, o Ministério Público do Trabalho entra lá e fala, e então pague as outras que estão certas. O Cacá tem 32 pessoas na sua banda; outro tem 50, outro tem 20 e outro, 10. Atrás da Neide há mais de 200 pessoas querendo fazer carnaval, pessoas que poderiam estar nas drogas. Podiam fazer como aquele molequinho que entra no ônibus e fala que podia estar matando, roubando. Não, mas agora eu sou músico. Eu estou fazendo a mesma coisa: matando, roubando. Eu fico extremamente chateado. Eu até peço desculpas para a Deputada Luzia de Paula, porque eu fiz uma brincadeira. A senhora também está sendo investigada. O senhor participou terça-feira de um programa conosco, por telefone. Na terça-feira, nós falamos o que nós estamos falando aqui e, na quarta-feira, o Cacá estava no Ministério Público sendo investigado, ameaçado, e a mulher dizendo: "Delata aqui que você vai ter uma chancezinha". Vai prender o José Dirceu, vagabunda. Vai prender o mensaleiro. Está



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

sendo votada agora lá a absolvição dos caras. Com dinheiro, com telefone, com tudo lindo.

Gente, deixa eu falar uma coisa: o Brasil tem que ser passado a limpo. E o senhor, Deputado, eu lhe agradeço muito. É muita coragem. O senhor disse para mim, uma vez, que o senhor não era um Deputado que veio para ficar fazendo acordos, que o senhor ouve a sociedade. Isso aqui é importante, mas mais importante ainda é isso aqui ter alguma coisa conclusiva, alguma coisa de verdade. Que isso saia em documento. Que essa secretaria seja colocada no lugar dela pela Secretaria de Transparência, porque isso aqui que eu estou falando é grave. E tem muito mais coisa. Todos vocês sabem. Agora está na hora de as pessoas pegarem e sentarem com a própria Secretaria de Transparência e dizerem: "Vamos fazer um critério, mas um critério legítimo". Eu não posso pegar uma pessoa que trabalha 30, 50 horas por dia, porque é desse jeito que se trabalha para fazer um evento. E é Secretaria de Segurança Pública, é Detran, não sei o quê. Até montar a história toda, o Estado não faz nada. A secretaria ou a administração recepcionam a emenda parlamentar, que é direito do Parlamentar, e que agora está sendo cerceado no seu direito pelo governador de plantão. Aí fica extremamente chato, porque nós estamos na Capital da República.

Eu vi agora uma coisa vergonhosa. Estão vendo aquele rapaz ali na cadeira de rodas? Ele fez uma música chamada *Opala 71 Azul*. Eu e o Cacá fomos para dentro de uma escola lá na Ceilândia, Deputado. Só tinha gente boa. A diretora disse assim: "Vocês não sabem o que acontece nessa escola". E quando nós colocamos a música dele para tocar, acalmou todo mundo. Parecia que era música de ninar para todo mundo dormir. É isso que se faz na rua. São as vozes da rua, porque, muitas vezes, o pai e a mãe não têm condição de falar sobre droga com o filho. É o que essa galera está levando. É tentar tirar um pouquinho.

Deixa eu falar que 1%, 3% do que fica do orçamento para a cultura do Distrito Federal, me desculpem, é uma vergonha. É uma vergonha! Eu não estou falando disso pela distribuição da renda, simplesmente. Eu estou falando muito mais, porque nós nascemos aqui nesta cidade. Deixa eu falar outra coisa: eu não conheço Alexandre. Não tenho um pé de sibipiruna que ele fez, que ele plantou nesta cidade, para estar no lugar em que ele está. Então, a culpa é nossa. Mas agora que nós temos chance, vamos fazer alguma coisa e fazer um critério de uma forma diferenciada, em que o gestor não vire bandido, porque alguém entregou um documento para ele, mas em que o profissional não possa ser colocado como um bandido, porque alguém resolveu errar dentro do processo, porque são pessoas diferentes. Cada banda aqui abriu uma empresa, mas o pessoal chega e diz: "Não, vamos fazer um processo só. Pega uma empresa". E aí começa a complicar a vida de todo mundo. Então, vocês têm caneta, nós não.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu agradeço a participação do Renato.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

Eu gostaria de convidar o Diretor Artístico Galeb Junior.

SR. GALEB BAUFAKER JUNIOR – Boa noite, amigos, senhores Deputados, meu amigo Miguel Nabut – ele é mais velho que eu. Eu vou falar muito pouco, porque o que eu falar aqui vai ser redundante. Já disseram tudo o que tinham que falar, já tacaram as pedras na gente. Eu queria fazer uma sugestão, Sr. Secretário de Transparência: Por que não se extingue a Secretaria de Cultura desse governo? (Palmas.) É sério! Se isso é sério, nós também somos sérios. Se nós não somos sérios, a Secretaria não é séria. Porque isso é uma responsabilidade governamental, é uma responsabilidade do gestor. Sou contra.

Meus amigos Luciano 1 e 2, não tem que haver manual, não tem que rever, não tem que refazer nada, porque já existe. Quem tem que cumprir são eles. Nós temos que apresentar o que eles inventaram, então eles têm que rever o *modus operandi* deles, não nós. Correto? (Palmas.) Uma sugestão fica para o Sr. Secretário.

Muito obrigado, Deputada Luzia de Paula.

(Assume a Presidência a Deputada Luzia de Paula.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Concedo a palavra ao músico Alberto Ramos.

SR. ALBERTO RAMOS – Boa noite a todos; boa noite, Deputada, nobres colegas.

A primeira coisa que eu queria dizer, deixar claro, é que aqui não há bandido. Os bandidos não compareceram, estão lá atrás da porta planejando novos golpes contra a cultura e contra os artistas da cidade. E sempre que vêm, dizem pérolas como: "Planaltina é interior de Goiás. Ceilândia é Campina Grande. E o Gama é aquela besteira do *hip-hop*. Eu sei como é Brasília, e ninguém manda aqui. "As emendas não são dos deputados, as emendas têm que vir para a Secretaria. Nós é que executamos. Vocês estão pensando que a emenda é do deputado? Não, é do povo." Isso eu ouvi numa farsa, montada ali na Martins Pena há pouco tempo, para dizer o seguinte: o governo publicou uma portaria, e nos chamaram para debater a portaria depois de publicada. Aquilo foi uma palhaçada, e todo mundo que está aqui concorda.

Eu queria dizer também que pessoas como o Luciano Lima, com a Rádio Federal, têm feito muito mais pela cultura, divulgado muito mais a cultura de Brasília para o Brasil e para o mundo do que a Secretaria em todos os anos desse governo. Como nós podemos levar a sério esse governo, a seriedade dessa Secretaria, se o chefe deste governo é um cidadão que cria a determinação de que o licenciamento de todas as obras acima de 3 mil metros quadrados tem que passar obrigatoriamente pelo gabinete dele? Como vamos confiar numa pessoa dessas ou acreditar num secretário de governo desses?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

Com relação à Transparência, nós temos cachês lá para receber. Problema nenhum com nenhum artista. O problema é que um funcionário da Administração de Ceilândia não mandou a documentação. Alguma documentação faltou. Estamos há dois anos esperando, o produtor sofreu até ameaça de um monte de fornecedores porque a Secretaria de Transparência não autoriza o pagamento para os artistas. Nós trabalhamos, temos que receber. Quem trabalha deve receber.

Outra coisa: no nosso primeiro trabalho para essa Secretaria, do Réveillon, no primeiro pagamento, nós fomos lesados em mais de 50% do nosso salário, que não pagaram. Mandamos um ofício, e sequer nos responderam. Isso é seriedade? Não, não é. Então, o que nós pedimos aqui realmente é uma interferência nessa Secretaria: ou que acabem com ela ou que se faça uma auditoria, porque o cachê superfaturado não é de músicos do Distrito Federal, não. É do Amado Batista, que cobra 100 mil, e aqui se pagam 400. É de uma Cláudia Leite, que está cobrando 120 mil, e pagam-se 350. É de um César Menotti e Fabiano, que estavam cobrando 80 mil, e pagaram 250 mil. Depois: "Pelo amor de Deus, deem um jeito de justificar esse cachê." "Não há como justificar." "Arruma alguma coisa, Claudinha. Nós estamos mal." Isso é que tem que ser averiguado.

Quanto ao Ministério Público, eu ouvi uma coisa pior. Disseram que música e engenharia agrícola não são profissões lícitas. Então o Ministério Público, que tem promotores bons, tem também Bandarras. Muitos.

Pensando bem, esta Casa deveria realmente participar mais ativamente desse debate. Trazê-lo para cá, porque na Secretaria é uma farsa. Nós vamos chegar ao auditório, vamos ouvir o que eles querem dizer. Eles vão dizer tudo isso aí, e depois vão passear naquela lancha maravilhosa chamada Timão, que se credita ao Doriva, mas que é do Paulo Tadeu. Certo?

Então, meu amigo, o que acontece é isso. Nós somos músicos, trabalhamos por essa cidade, minha banda tem mais de 30 anos, toquei no Hip-Hop. Foi a única banda de rock no Hip-Hop contra o Crack. Tocamos em vários eventos daqui desta cidade, e o rock está sendo preterido de todos os eventos. É a Capital do Rock que não tem rock? Ora, devemos atender a todos? Claro! Mas somos a Capital do Rock, temos um trabalho autoral.

A Secretaria tem que incentivar o trabalho autoral. Nós temos que exportar cultura, e não trazer de lá pra cá. O que se está fazendo é: paga-se 300 mil para um artista de fora, e 5 mil para os de Brasília. Porque nós de Brasília não temos qualidade para isso, não; nós somos de casa. Quer dizer que santo de casa não faz milagre mesmo? Não! Nós estamos levando a cultura, e como disse a nobre Deputada, cultura é tudo. Um cidadão pode nascer na China. Se ele for criado no Brasil, ele é brasileiro porque ele é culturalmente brasileiro. Nós somos o que é a nossa cultura, e não onde nascemos ou o que fazemos. Ok?

Muito obrigado, gente. Uma boa noite.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço ao Alberto. Gostaria de convidar a fazer uso da palavra o músico Ricardo da Rocha.

SR. RICARDO DA ROCHA – Boa noite. Meu nome é Ricardo da Rocha. Eu sou músico da banda Kábula, uma banda que há mais de 15 anos atua na cena cultural de Brasília. Sou também produtor do festival Quaresmada. O Quaresmada serve de celeiro para novas bandas se apresentarem. É onde as bandas, os novos grupos – até pegando carona nas palavras do Cacá – comem farinha, né? A gente abre espaço para que as bandas criem maturação e consigam apresentar o seu trabalho.

É claro que o artista com mais tradição, o artista com mais qualidade tem sim que ser valorizado. Eu acredito na boa intenção das pessoas. Eu acredito na boa intenção da Secretaria de Cultura, na boa intenção do Governo do Distrito Federal. Eu acredito na boa intenção do Poder Legislativo, na boa intenção dos produtores. Vejam bem: acredito. Acredito que todos tenham boa intenção, mas de boa intenção o inferno está cheio.

A Secretaria de Cultura seleciona os projetos, emite editais, exagera nas regras e não se faz presente nos anseios da população. Recentemente, uma menina, uma aluna da fundação educacional, do colégio do Núcleo Bandeirante, me perguntou: como a gente consegue apoio do governo para fazer um evento aqui no colégio? O que é FAC? Ela perguntou para mim porque verificou que a gente tinha tido um apoio, com muita luta, para fazer o projeto Quaresmada desse ano. Foi o primeiro ano em que a gente teve apoio. A gente sempre fez o projeto sozinho. Eu pensei: como eu vou explicar isso para a menina? Como é que ela tem acesso? Primeiro, ela tem que fazer 18 anos para fazer o projeto, mas ela tem que começar a aprender dali. Aí eu aproveitei a oportunidade.

Eu tive a boa vontade da Secretaria, que aceitou eu fazer a contrapartida no colégio. A gente já começou a plantar essa semente. Vejam bem, a responsabilidade pelo caos da cultura é de nós todos. A responsabilidade é do governo, do Executivo. A responsabilidade é da Câmara Legislativa. A responsabilidade é nossa, para que a gente preste contas com regularidade. Então, não adianta só a gente bater, só a gente ser hipócrita. A gente tem que formar, a gente tem que se organizar. Ok? (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço a participação do Ricardo da Rocha e convido a fazer uso da palavra como o último inscrito, dentro do nosso prazo regimental, o Diretor da Mundo Tour, Sr. Paulo Pereira de Araújo.

SR. PAULO PEREIRA DE ARAÚJO – Agradeço a atitude do Deputado Agaciel Maia de ter coragem e peito para ouvir aqueles que tanto têm sofrido essas perseguições.

Eu fui um dos que foram visitados pela Decap na semana passada por suspeita de um evento não realizado em Santa Maria. O evento não se realizou, e,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

mesmo assim, tenho de ver minha empresa invadida por uma polícia. Eu nunca vi isso: você sequer chega a prestar o serviço, já é investigado e tido como condenado. Eu nunca fui de política e, desse dia para cá, aí é que eu quero ficar longe, não pela política, mas por atitudes.

Um dia, o Ministro Gilberto Gil estava cercado de jornalistas questionando-o por que ele era Ministro da Cultura, por que ele gasta isso, por que ele gasta aquilo. Ele chamou os jornais e falou: "Deixem eu fazer uma pergunta a vocês: vocês conseguem ficar um dia sem ouvir música?". Sabe quem respondeu? Ninguém. Ele falou: "A sua vida só é regida porque também existe música. Tire a música da sua vida, e você vai morrer. Então, pare de falar daquilo que você não sabe".

Gente, ser músico em Brasília ou ser produtor está difícil nos dias de hoje. Eu tenho amigos: o Cacá; o Vanderson; o Fabiano Biluca, meu produtor; o Rôney. Hoje, se eu falo com eles por telefone, cadeia, art. 8.980, formação de quadrilha. Sabe por quê? Porque, se tem uma festa pública, você não pode falar para ninguém que tem, porque, se você falar, meu amigo, você vai ser enquadrado, pois você tem um interesse.

Não é interesse, gente. Todo mundo aqui vive do mesmo dinheiro, todo mundo aqui precisa tocar. Deputado Agaciel Maia, cansei de receber, no meu escritório, músicos pedindo ajuda porque a mulher estava doente, porque o filho estava no hospital e não tinha dinheiro para pagar a conta. Sabe por quê? Porque não toca, porque, de todo evento que tem, dão um jeitinho de tirar ele.

Essa semana, eu recebi uma informação de que um músico passou a faca no pescoço quando ouviu, mais uma vez, a prorrogação da Cultura. Não sei por que ele passou a faca no pescoço, mas na frente de todo mundo ali. A palavra dele que me chegou foi: "Brasília está uma sacanagem, Brasília está difícil".

Gente, fazer música não é pecado, ser produtor não é pecado. Se nós escolhemos isso, foi porque Deus nos deu o dom assim. Ele dá pra quem Ele quer. Às vezes, a pessoa nem quer, mas é convocada para isso. Assim, como os legisladores das leis, também a Bíblia fala que temos que respeitá-los, porque foi Deus que os colocou ali. Mas nós temos que respeitá-los até o momento em que eles nos respeitam.

Eu sou novo nesse meio, comecei o ano passado, mas já passei como se estivesse nisso há uma vida. E vou falar, gente: nós não éramos unidos. Todo mundo pode falar que era. Não éramos, não. Nós olhávamos os próprios narizes. Gente, chega! Vamos nos unir, senão vai ficar só o pessoal ali debaixo. Gente, Brasília é democrática, o povo tem sua voz, e nós somos povo, somos pais de família. Ainda mais vocês que estão aí.

Eu tenho uma empresa com sete funcionários e tenho de faturar trinta mil só para pagar as despesas deles. Ai de mim se não faturar. Agora, chega a portaria e fala que está suspenso. Você vai fazer um evento... O João Lucas e o Marcelo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

estavam no hotel, e o palco montado. Cancelaram o evento. E aí, quem iria pagar o hotel? Quem pagou as passagens e uma carreta de estrutura? Eu cheguei nele e perguntei: "Amigo, vou te falar a verdade: eu nunca vi isso, não. Quem cancelou?" Ele: "O Governador". Perguntei-lhe: "Você tem por escrito?". E ele: "Não. Você vai pagar". Aí eu tenho de sair vendendo minha casa, meu carro, sabendo que tudo que você fala no telefone, no outro dia, chega uma intimação para você. Desculpa, Deputado, isso não é por acaso. Isso não é por acaso. Hoje um amigo meu vinha para cá e, no meio do caminho, recebeu uma intimação para comparecer ao Decap. Isso não é por acaso.

Quero agradecer porque o Deputado Agaciel Maia teve peito. Homens corajosos devem ser honrados por nós e pelas pessoas. Implantaram um sistema de cultura. Estou há duas semanas tentando entrar nesse sistema de cultura na internet. Não entra, não funciona. Eu não sei como há quatrocentos artistas cadastrados ali, porque eu não consegui cadastrar nenhuma das minhas bandas. Aí vão para a mídia e falam isso, falam aquilo. No evento em Santa Maria, o Lázaro tocou na quinta-feira. Não tenho vergonha alguma de falar: ele tocou na quinta-feira. A Secretaria de Transparência soltou uma nota dizendo que, em quinze dias, daria o resultado. Passaram os dias, e não deu o resultado. O Lázaro está ligando para o produtor e perguntando: "E aí?" "Estamos nas mãos da Transparência".

Eu só queria o seguinte: se há ilegalidade, que sejam punidos, mas, se não há, que se pare com essa sacanagem de achar que todos são bandidos. Acho que, até na Papuda, eles são mais bem tratados do que nós aqui, porque lá nós pagamos, tem banho de sol, tem banho disso, tem banho daquilo. Agora, fazer o que se faz aqui, não, porque sou pai de família, tenho esposa, tenho filhos e há muita gente por trás de mim que depende disso. Se fosse da forma que abordam a gente, vocês não gostariam nada. Se chegar aqui na Câmara e arrancar um Deputado assim, não vai ser nada legal.

Então, gente, falem para nós como vocês querem. É um cadastro? Gente, é um cadastro assim, assim, assim. Todos querem trabalhar. Não matem o povo de fome. Deixem o povo trabalhar. Os errados que paguem o pato e saiam do mercado; agora, os bons se valorizem, porque a regra é para todos, do menor até o maior.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu agradeço a sua participação, Paulo, e aproveito para mencionar que o Deputado Cláudio Abrantes e a Deputada Celina Leão mandaram mensagens.

Registro as seguintes presenças: Sílvio da Silva dos Santos; Orícia Mary Azevedo Chaves; Luciana Luppy; Zilda Fernandes de Souza; Diogo Rossi L. dos Santos; Gabriel Dantas Pereira; Dione dos Anjos; Fabiano Antônio Vilaça; Getúlio Dutra; Silvanio Bass; Welber S. Carvalho; Johnson Rodrigues; Rafael Paulo Maia, analista processual que está representando o Ministério Público; Adhemar M. Silva, produtor musical; nosso cantor Wellington José; Francisco Carlos dos Santos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

Todas as pessoas inscritas falaram.

Concedo a palavra ao Sr. Superintendente Regional do Trabalho, Dr. Miguel Nabut.

SR. MIGUEL NABUT – Boa noite a todos. Quero cumprimentar, na pessoa do meu amigo Deputado Agaciel Maia, a Mesa e, cumprimentando o Agaciel, cumprimento cada um dos presentes. Um papa disse certa vez: “Quando os bons se omitem, os ruins crescem”. Vocês não estão deixando os ruins crescerem, vocês não estão sendo omissos e, juntos com o Deputado Agaciel Maia, vocês vão mudar toda essa história, em que só há perdedores. Não estou vendo ninguém ganhando. A própria Secretaria de Cultura sai perdendo. Pelo que o Deputado falou, 75% das emendas parlamentares iam para a cultura. Hoje vão 15%. Quinze por cento de 1% sobre a reserva de contingência. Não é 1% do orçamento do Estado, não; é 1% da reserva de contingência.

Então, estão querendo prejudicar os cidadãos de Brasília e os Deputados também. Querem pautar o Deputado, dizendo que ele não pode promover a cultura dentro da cidade.

Acho que o dia de hoje é uma data fundamental para essa mudança. Não é que tenha demorado um ano, não. Creio que Deus nos conduziu para uma data – 12 de setembro – em que o construtor desta cidade, se fosse vivo, estaria fazendo 111 anos.

Parabenizo o Deputado Agaciel Maia, a Deputada Luzia de Paula, o nosso amigo Mauro e todos os Deputados presentes, o Deputado Olair Francisco, o Deputado Raad Massouh, que falaram e que mandaram as mensagens. Parabenizo principalmente esta Casa, que é a nossa Casa. É a Casa mais importante da população de Brasília. É a Casa mais importante a que temos acesso. A nossa voz é feita aqui dentro, nesta Casa que estão querendo calar. Estão querendo calar os Deputados. E isso, não podemos admitir. Eu, como cidadão, não posso admitir. Como superintendente – assumi agora –, aceitei o convite para estar presente nesta Comissão em função do Deputado Agaciel Maia, que é meu amigo de muitos anos, pessoa em quem confio, digna e lutadora. Junto com vocês, acho que vamos mudar a história da Casa, da cidade, dos músicos e dos artistas de Brasília.

Muito obrigado parabéns a todos nós! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Agradeço a disponibilidade do meu amigo Superintendente Regional do Trabalho, Miguel Nabut, que se propôs a vir aqui para ouvir todos vocês, até o último inscrito.

Tenho a honra de passar a palavra ao Dr. Mauro Almeida Noleto, que é o nosso Secretário de Estado da Transparência.

DR. MAURO ALMEIDA NOLETO – Boa noite a todos. Cumprimento, inicialmente, o Deputado Agaciel Maia, Vice-Presidente desta Casa, que preside esta



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

reunião. Sinto-me muito honrado pelo seu convite e agradeço poder participar deste debate, que também reputo muito importante.

Quero cumprimentar a Deputada Luzia de Paula; os demais Deputados que aqui se fizeram presentes ou mandaram mensagens; nosso colega de Mesa, o Superintendente Dr. Miguel Nabut, e todos vocês que compõem essa classe importante do segmento cultural da cidade. Tive o cuidado e o prazer de ouvi-los atentamente, as suas demandas, suas dificuldades, suas apreensões neste momento, vamos dizer assim, que a cidade toda vive, de escândalos que a mídia tem promovido, de fatos ocorridos nas administrações regionais, envolvendo emendas parlamentares e execução dessas emendas para a realização de eventos culturais, artísticos, etc, que ainda estão sob investigação.

Eu gostaria de poder debater com vocês e com outros integrantes do Governo que estivessem presentes e que fossem pertinentes, vamos dizer assim, à razão de ser da convocação desta reunião, para discutir o assunto cultura.

A minha secretaria é uma secretaria que costuma ser chamada de transparência, mas, a rigor, ela é a Secretaria de Transparência e Controle. É um órgão de controle interno do Governo.

Dar transparência àquilo que o Governo faz, executa, os gastos que faz com a execução da política pública também é responsabilidade da Transparência, da Secretaria de Transparência e Controle, mas é também uma responsabilidade constitucional da unidade que atualmente chefiar o controle interno do Governo, de todos os órgãos do Governo, seja administração direta ou indireta. E ela dispõe de instrumentos legais e servidores de carreira, a maioria deles. A maioria dos servidores da Secretaria é da Carreira de Auditor de Controle Interno do Distrito Federal. São servidores, portanto, que não estão lá porque foram nomeados por conta de vinculação ou filiação político-partidária, mas porque passaram em concurso público para exercer o trabalho de controle interno.

Agora, controle interno não pode ser confundido com controle externo, ou seja, a Secretaria de Transparência e Controle não faz o papel da polícia, não faz o papel do Ministério Público, não faz o papel do Poder Judiciário. Ela tem a responsabilidade de fazer auditorias. Encontrando, no âmbito dessas auditorias, uma irregularidade, ela tem a responsabilidade, o dever, primeiramente, de informar ao gestor, de solicitar a correção do problema detectado e, eventualmente, de, em caso de prejuízo ao erário constatado, recuperar esse prejuízo por meio da instauração de outro procedimento, chamado Tomada de Contas Especial.

Além disso, ela é órgão central de corregedoria, ou seja, quando um determinado servidor, comissionado ou de carreira, comete algo que possa ser visto como um deslize funcional, um erro ou um ilícito mesmo, no sentido da palavra, o órgão primário deve instaurar uma sindicância ou, já comprovada a materialidade do fato e a autoria de quem o praticou, instaurar diretamente um processo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

administrativo disciplinar para, comprovada a responsabilidade daquele servidor, imputar-lhe sanções administrativas. Na impossibilidade de o órgão executar esse papel, a Secretaria tem competência subsidiária para fazer isso e tem feito. Inúmeros processos tramitam naquela Secretaria.

Eu também sou obrigado a dizer que estou lá há quinze dias, mais ou menos. Basicamente, coincidiu com o evento de Santa Maria, a Fassanta, que o companheiro aqui já mencionou e vive um problema pessoal em razão daqueles eventos. No dia seguinte a minha chegada, fui comunicado de que o juiz da Vara Criminal lá da região havia determinado uma medida cautelar de busca e apreensão no ambiente da administração regional. Em razão desses fatos, o Sr. Governador tomou a decisão de exonerá-lo e a mais uma pessoa lá da administração e determinou que eu instaurasse um procedimento de apuração desses indícios de fraude, de ilícito, etc. Imediatamente, determinei ao controlador-geral que baixasse uma ordem de serviço e instaurasse uma inspeção.

Ao mesmo tempo, foi solicitado ao juiz Abrahao, que é o juiz da Vara Criminal, que compartilhasse conosco eventuais documentos que tivessem sido apreendidos, provas, etc, para que a auditoria pudesse fazer o seu trabalho. Devo informar que o juiz não compartilhou isso conosco. Demorou coisa de uns oito dias para responder o meu pedido, o meu ofício, e entendeu que não era o caso de compartilhar. O processo corre em sigilo de justiça e a auditoria será concluída provavelmente no prazo de quinze dias úteis – o prazo ainda não expirou – e com o que nós dispomos, que são os processos administrativos produzidos para a contratação dos artistas, dos *shows*, etc.

Muito bem. Dito isso, é preciso entender também e talvez desfazer a imagem – que parece comum – de que a Secretaria de Transparência e Controle é a *Gestapo* do Governo. Ouvi isso aqui. Foi o colega que disse. Acho que isso não procede. Como eu lhe disse e reafirmo, a Secretaria é, sim, um órgão de Governo, mas os servidores são servidores de carreira que cumprem competências previstas em lei e prestam contas, eles próprios, ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, que é um órgão auxiliar desta Casa. Portanto, não procede esse conceito, essa imagem que se quer colocar sobre a Secretaria de Transparência e Controle. Ela é um órgão de controle interno que cumpre o seu papel.

Eu, próprio, sou um servidor de carreira do Supremo Tribunal Federal. Não sou filiado a partido. Sou hoje Secretário em razão de uma designação feita pelo Governador durante a licença-maternidade da Secretária de Transparência, Sra. Vânia, que está exercendo um direito de se licenciar para cuidar do seu filho recém-nascido. Eu sou Consultor Jurídico Adjunto do Gabinete do Governador e estou Secretário de Transparência durante este período e vou cumprir o meu papel desassombadamente, tanto que estou aqui na presença de vocês e na presença dos Parlamentares para ouvi-los. Vou levar daqui uma reflexão mais aprofundada sobre esse problema. É um problema que não posso dizer que não conheço, eu conheço o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

problema. Eu conheço o decreto que também foi mencionado aqui, que pretende encaminhar uma solução para esse problema. Se é a melhor solução ou não, isso é uma coisa para os senhores, organizados, com os meios que dispõem de fazer pressão, de fazer seus movimentos, discutirem o mérito desse ato normativo. Mas ele está em vigor. Ele teve um período de adaptação que vai expirar na semana que vem e, a partir da semana que vem, ele estará plenamente eficaz. E eu, como gestor público também que sou, chefe de uma unidade, vou dar cumprimento àquilo que está em vigor. Só. Não tem mais nada além disto: cumprir a lei, cumprir os atos normativos que estão em vigor. Agora, se esse ato não é o melhor, então que se discuta o seu aprimoramento, que se discuta, eventualmente, a sua revogação, a substituição por outro, etc.

Mas presumir que a Secretaria de Transparência faz “caça às bruxas” e é a Gestapo, acho que é um pouco demais. Entendo a indignação, respeito a indignação dos senhores, mas pediria um pouco de moderação em razão dos esclarecimentos que presto aqui neste momento. Eu os ouvi atenta e respeitosamente, e é nesse sentido que eu me coloco também à disposição para continuarmos um eventual diálogo em torno desse problema.

Portanto, lamento que se faça, indiscriminadamente, uma criminalização de pessoas ou de grupos, de músicos e, eventualmente até de Parlamentares, que estão na sua prerrogativa constitucional de propor emendas à Lei Orçamentária Anual do Poder Executivo e não podem por isso sofrer algum tipo de sanção simplesmente pelo fato de exercerem uma prerrogativa que é inerente à atividade parlamentar, que é ouvir a sociedade, ouvir os segmentos e dar, eventualmente, atenção e atendimento a essas demandas que vêm dos diversos segmentos da sociedade. Isso não é cabível.

Eu também me associo aos senhores, associo-me ao Deputado Agaciel Maia, cumprimentando-o, novamente, pela coragem, pela iniciativa de discutir esse assunto publicamente, mas é preciso que a própria imprensa comece a entender e a fazer distinções entre o que aparece num determinado fato como escandaloso e o prejuízo que, eventualmente, esse tom escandalizante possa causar para toda uma categoria, para toda uma classe e para toda uma instituição como o Poder Legislativo do Distrito Federal.

Lamento, mas eu não estou na posição de corrigir isso. O meu trabalho se limita, restringe-se a olhar para dentro do governo e garantir que os procedimentos, os processos sejam executados, sejam cumpridos ou sejam feitos atendendo os rigores da lei. E é a essa lei, ou às leis, que eu estou adstrito.

Queria acrescentar mais uma coisa, que talvez seja da minha própria personalidade como atual chefe daquela unidade. Relatório preliminar de auditoria não é conclusivo. Relatório preliminar de auditoria recomenda que o gestor, diante daquilo que se constatou, corrija, altere, modifique ou mesmo aprofunde um determinado aspecto da sua gestão, aprimore, planeje-se melhor, até instaure



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

procedimentos de apuração, aí, sim, para constatar responsabilidades e tal. O relatório de auditoria da Administração de Santa Maria será concluído, o atual administrador receberá o relatório com um prazo de 30 dias para se manifestar. Isso seguirá reservadamente, porque eu acho também o seguinte: para fazer bem o nosso trabalho de controle interno, nós não precisamos fazer barulho nem escândalo, vamos fazer direito, cumprir a lei, exigir o devido processo legal.

Eu passaria já, já a palavra aqui ao presidente da sessão e ele, como presidente, eventualmente poderá atendê-los aí no pedido de palavra. Eu só queria, se o presidente me permitir, concluir aqui a minha manifestação.

Quer dizer, é um trabalho muito duro, muito difícil ficar na posição que eu atualmente ocupo, mas assim que eu fui convidado, acedi ao convite e estou aqui diante de vocês sem nenhum problema para discutir o assunto e para esclarecer as posições que a Secretaria deve tomar e, eventualmente, desfazer uma imagem que possa conduzir a uma associação do nosso trabalho como algo policialesco. Não é. É de prevenção, sim, é de correção, também, mas basicamente é um trabalho de orientação.

Sobre o mérito do decreto, eu já disse que não posso entrar nessa discussão porque não é da minha competência. Se ele deve e pode, sei lá, ser aprimorado, eu acho que os senhores têm todo o direito de colocar isso publicamente e o governo deveria ouvi-los, discutir e aprofundar-se nessa discussão. A minha competência se limita a fazer esse trabalho de correção, de prevenção e de controle interno dos atos da administração.

Sobre uma manifestação logo no início aqui da audiência, só para não deixar de responder, dizendo que a imprensa faz muito escândalo em cima de coisas da Secretaria de Transparência, do portal da transparência e tal. Bom, a Secretaria não cria informações que vão para o portal de transparência. Ela não faz isso. Não é a gente que cria a informação. O dado vem das unidades gestoras. Então, se um determinado empenho foi feito para pagamento de uma apresentação artística no valor de X, isso vai ser lançado no sistema, o sistema é manejado por servidores da Secretaria e aquilo vai para o portal porque é um direito da sociedade saber como o governo gasta, quanto gasta, com o que gasta, onde gasta etc. Eu acho que ninguém aqui entenderia de modo diverso. É uma conquista da sociedade brasileira que os governos estejam abrindo seus gastos, suas informações para que todos saibam, mas não é a gente que cria essa informação, não é a gente que cria esse dado. Esse dado vem. Se ele estiver errado, há mecanismos também de correção e isso pode ser feito. A Secretaria também está, diante da Lei de Acesso à Informação, à disposição para prestar ao cidadão informações do interesse da sociedade sem nenhum problema, mas nós não criamos esse dado. Esse dado vai à publicação depois de ser lançado no sistema de gestão orçamentária do Distrito Federal.

Eu acho que vou me limitar a isso. Agradeço mais uma vez a oportunidade de participar, embora não possa interferir diretamente em muitos dos problemas que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
12 09 2013	15h45min	75ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

os senhores têm hoje em relação a esse ambiente que se criou. Eu queria apenas manifestar a posição da Secretaria de Transparência no que diz respeito ao rigor no cumprimento da lei, mas o respeito pleno aos direitos da pessoa, ao devido processo legal. Numa situação em que haja indícios, não presumiremos a culpa de ninguém, é preciso que se diga isso. Não se pode presumir culpa, a presunção é da inocência das pessoas. Agora, enquanto o processo estiver sob investigação, ele seguirá reservadamente e chegará a um termo, e o termo irá para o gestor para que ele possa se manifestar.

Sobre os pagamentos pendentes e que causam muita aflição, eu asseguro que a secretaria vai dar toda a celeridade necessária para que essas auditorias, que eventualmente fazem com que o gestor se acautele e evite de fazer pagamentos enquanto não concluídas as auditorias, sejam concluídas num breve espaço de tempo, e os gestores serão instados a se manifestar. As partes que se sentirem no direito de reclamar o pagamento pelo serviço que prestaram devem buscar os caminhos para isso. A secretaria não vai funcionar como um órgão de perseguição. Ela cumpre o seu papel e cumprirá enquanto, eu posso falar por mim, eu estiver exercendo esse cargo, que é um cargo, no meu caso, temporário, enquanto durar a licença da secretária, que está de licença maternidade.

Muito obrigado, Deputado Agaciel Maia. Muito obrigado pela atenção dos senhores. Muito boa noite.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu agradeço ao Dr. Mauro Almeida Noleto, que é o nosso Secretário de Transparência, por ter ouvido todos vocês, todos os inscritos. Estamos com praticamente quatro horas de sessão, inclusive extrapolando o horário regimental das 19 horas.

Eu quero agradecer à Deputada Luzia de Paula, em especial, que ficou conosco, que participou ativamente. Também quero agradecer ao Miguel Nabut. Eu gostaria de agradecer a presença dos outros Parlamentares que passaram por aqui, das autoridades de governo, da comunidade aqui representada por suas lideranças, dos produtores, dos artistas, que de modo relevante contribuíram para o sucesso da nossa audiência.

Declaro assim, encerrada esta comissão geral.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h12min.)